

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ANSELMO AZEVEDO DA SILVA

A ATUAÇÃO DA *US NAVY* E DO *US MARINE CORPS* NA GUERRA DO GOLFO:
uma análise à luz da pré teoria da vitória.

Rio de Janeiro

2021

CC ANSELMO AZEVEDO DA SILVA

A ATUAÇÃO DA *US NAVY* E DO *US MARINE CORPS* NA GUERRA DO GOLFO:

uma análise à luz da pré teoria da vitória.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Sandro Soares Laudiauzer

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Nina e meu filho Matias, pelo apoio e compreensão dispensados durante a realização deste trabalho.

Ao Capitão de Fragata Laudiauzer, meu orientador, pelas sugestões e intervenções durante a realização do trabalho, fundamentais para o direcionamento do estudo.

Ao Capitão de Fragata (RM-1) Nagashima, pelas contribuições de conteúdo e de forma que trouxeram grande suporte ao desenvolvimento da minha argumentação.

Ao Capitão de Corveta Langsch, pelo apoio e orientações que contribuíram significativamente para o resultado alcançado.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar como as ações da *US Navy* e do *US Marine Corps*, no período entre a invasão do Kuwait pelo Iraque e o término da Operação *Desert Storm*, contribuíram para o resultado final da Guerra do Golfo. A relevância do estudo reside na oportunidade de entendermos o papel desempenhado pelas marinhas, no contexto de operações conjuntas e combinadas, com base na análise do planejamento no nível operacional e dos resultados decorrentes. Para alçar esse propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia exploratória e dedutiva, focada na hipótese de que foi obtida uma grande vitória estratégica pelas forças da coalizão ao término do conflito. O trabalho apoiou-se na aplicação da Teoria da Vitória norte-americana, que define diferentes níveis nos quais um Estado é capaz de alcançar a vitória dentro de um confronto contra o seu oponente. Foram analisadas as diversas ações realizadas pela *US Navy* e pelo *US Marine Corps* durante o período considerado, seguidas pela confrontação dessas ações com a teoria. Ao término do trabalho, concluiu-se que as ações realizadas contribuíram decisivamente para a vitória estratégica obtida pelas forças da coalizão ao término do conflito.

Palavras-chave: *Desert Shield*. *Desert Storm*. *US Navy*. *US Marine Corps*. Teoria da Vitória.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Setores atribuídos à FIM	59
Figura 2 - Campos minados no TO	60
Figura 3 - Linha do tempo prevista no planejamento da Operação Desert Storm	61
Figura 4 - Teatro de Operações	62
Figura 5 - “Caixas de destruição” no TO	63
Figura 6 - Disposição dos navios das Marinhas da coalizão no início da <i>Desert Storm</i>	64
Figura 7 - OpAnf realizadas durante a Operação <i>Desert Storm</i>	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFN -	Apoio de Fogo Naval
AOA -	Área do Objetivo Anfíbio
ARP -	Aeronave Remotamente Pilotada
CAM -	Controle de Área Marítima
CCAFC -	Comando do Componente Aéreo das Forças Conjuntas
CCG -	Conselho de Cooperação do Golfo
CG -	Centro de Gravidade
CMM -	Contramedidas de Minagem
ComForTarAnf -	Comandante da Força-Tarefa Anfíbia
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
C2 -	Comando e Controle
DoD -	Department of Defense
EAU -	Emirados Árabes Unidos
EFD -	Estado Final Desejado
EUA -	Estados Unidos da América
FNC -	Força Naval Componente
ForDbq -	Força de Desembarque
ForTarAnf -	Força-Tarefa Anfíbia
GE -	Guerra Eletrônica
GT -	Grupo-Tarefa
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas
NBQRe -	Nuclear, Biológica, Química, Radiológica e Artefatos

Explosivos

OIM -	Operações de Interdição Marítima
OpAnf -	Operações Anfíbias
OTH -	Over The Horizon
PD -	Ponto Decisivo
RU -	Reino Unido
TO -	Teatro de Operações
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF -	United States Air Force
USMC -	United States Marine Corps
USN -	United States Navy

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A VITÓRIA	10
2.1	A pré teoria da vitória	10
2.1.1	Nível da vitória	12
2.1.2	Mudança no <i>status quo</i>	14
2.1.3	Mobilização para a guerra	16
2.1.4	Obrigações pós-conflito	18
2.2	Conclusões parciais	19
3	A PARTICIPAÇÃO DA USN E DO USMC NAS OPERAÇÕES <i>DESERT SHIELD</i> E <i>DESERT STORM</i>	21
3.1	A Operação <i>Desert Shield</i>	21
3.1.1	As sanções econômicas do CSNU	23
3.1.2	O impacto da minagem defensiva iraquiana	25
3.2	A Operação <i>Desert Storm</i>	26
3.2.1	O início da operação	30
3.2.2	O AFN e o emprego de aeronaves remotamente pilotadas (ARP)	32
3.2.3	As OpAnf	33
3.3	Conclusões parciais	34
4	A CONTRIBUIÇÃO DA USN E DO USMC PARA O RESULTADO DA GUERRA À LUZ DA PRÉ TEORIA DA VITÓRIA	36
4.1	A mudança no <i>status quo</i>	36
4.2	A mobilização para a guerra	38
4.3	O nível da vitória	41
4.4	Conclusões parciais	45
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	52
	GLOSSÁRIO	55
	ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

As abordagens históricas sobre os acontecimentos da Guerra do Golfo, em 1991, normalmente enfatizam a ação decisiva da Força Aérea, por meio dos bombardeios estratégicos, e das tropas do Exército, no campo de batalha, para a vitória alcançada pelas forças da coalizão. Entretanto, quais foram as contribuições da Marinha para o resultado final? Ela teve realmente um papel secundário ou podemos considerar que sua atuação foi decisiva para a derrota das tropas de Saddam Hussein?

Em que pese os bombardeios, bem como a atuação das forças terrestres, tenham sido fundamentais para o resultado do conflito, eles foram somente a parte final de um longo planejamento, para o qual o emprego das forças navais foi de extrema importância.

Conforme será demonstrado nesta pesquisa, muito antes das ações realizadas pelos caças das forças da coalizão e pelos Exércitos no campo de batalha, a *US Navy*¹ (USN) já se fazia presente nas proximidades do Golfo Pérsico, iniciando uma série de ações que seriam extremamente relevantes para que os objetivos finais da aliança construída contra os iraquianos fossem alcançados.

Desse modo, o presente trabalho tem como propósito analisar como as ações, no nível operacional, da USN e da *US Marine Corps*² (USMC), no período entre a invasão do Kuwait pelo Iraque e o término da Operação *Desert Storm*, contribuíram para o resultado final da Guerra do Golfo, à luz da pré teoria³ da vitória norte-americana, de William C. Martel (1955-2015), bem como identificar o nível do sucesso alcançado por ocasião do fim do confronto. Nesse sentido, foi adotada a hipótese de que foi obtida uma grande vitória estratégica pelas forças da coalizão ao término do conflito.

1 Marinha norte-americana.

2 Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano.

3 Exploração conceitual projetada para identificar e observar relacionamentos em um campo de investigação e, em seguida, formular princípios organizadores e teorias testáveis. Pode ser usado para desenvolver ideias novas ou rudimentares sobre fenômenos políticos ou para classificar procedimentos e métodos de pesquisa e análise (MARTEL, 2007, p.91).

A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de entendermos o papel desempenhado pelas marinhas, no contexto de operações conjuntas e combinadas, com base na análise do planejamento no nível operacional e dos resultados decorrentes. Para que possamos alcançar o objetivo proposto, será empregada a metodologia exploratória e dedutiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental.

O estudo está estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução como o primeiro. No segundo, será apresentada a fundamentação teórica da pesquisa. Para tal, serão apresentados os seus quatro conceitos fundamentais, buscando-se contextualizá-los com alguns conflitos ocorridos ao longo da história.

No terceiro capítulo, descreveremos como se desenvolveu a participação da USN e do USMC nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, com o detalhamento das ações e consequências das Operações de Interdição Marítima⁴ (OIM), de bloqueio⁵, de defesa de porto⁶, de Contramedidas de Minagem⁷ (CMM), de ataque⁸ e anfíbias⁹ (OpAnf).

No quarto capítulo, apontaremos quais foram as contribuições da USN e do USMC para o resultado da guerra, à luz da pré teoria da vitória. E, finalmente, no último capítulo, faremos a conclusão do estudo, visando a responder ao propósito da pesquisa e analisar a relação entre a hipótese admitida e os resultados alcançados.

4 Referem-se aos esforços para monitorar, interrogar, interceptar e, se necessário, abordar tráfego marítimo em uma área definida, para verificar, redirecionar, apreender suas cargas ou apresar embarcações, na aplicação de sanções contra outros Estados, como aquelas em apoio às resoluções do CSNU e/ou para prevenir o transporte de itens restritos (BRASIL, 2017, p. A-22).

5 Tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo (BRASIL, 2017, p. 3-10).

6 Têm como efeito desejado impedir ou neutralizar ataques contra um porto ou fundeadouro, seus acessos, ou áreas litorâneas de dimensões limitadas que contenham instalações de interesse (BRASIL, 2017, p. 3-13).

7 Consistem na execução de ações ativas e passivas que visem a reduzir ou controlar a ameaça constituída pelas minas já lançadas pelo inimigo (BRASIL, 2017, p. 3-9).

8 Realizadas por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais, em conjunto ou isoladamente, para executar uma ou mais das seguintes tarefas: destruir ou neutralizar forças navais, aéreas ou terrestres e meios empregados nas comunicações marítimas do inimigo; interditar comunicações terrestres; reduzir a resistência em terra; destruir ou danificar objetivos em terra e ao largo do litoral (BRASIL, 2017, p. 3-2).

9 Operações navais lançadas do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou permissiva, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas. Estas operações comportam geralmente as modalidades: assalto anfíbio, demonstração anfíbia, incursão anfíbia, projeção anfíbia e retirada anfíbia (BRASIL, 2017, p. 3-4).

2 UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A VITÓRIA

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos atinentes à pré teoria da vitória, elaborada pelo estudioso norte-americano William C. Martel, buscando-se contextualizá-los com alguns conflitos ocorridos ao longo da história. Para tal, este capítulo será dividido em duas seções. Na primeira, apresentaremos os seus conceitos. Na segunda seção, faremos as conclusões parciais.

Iniciaremos a análise teórica deste trabalho com a abordagem do termo “vitória”, o qual será amplamente empregado ao longo do estudo. Embora a palavra seja frequentemente usada para descrever o resultado bem-sucedido de eventos políticos, sociais e econômicos, a análise deste trabalho limitar-se-á aos casos que pertencem diretamente ao domínio da estratégia militar¹⁰, sendo seu principal atributo estar associado a resultados favoráveis dentro do contexto da guerra¹¹. Desse modo, as ideias sobre a vitória baseiam-se na premissa de que o Estado organiza sua estratégia e seus recursos para derrotar e aniquilar o seu oponente na guerra (MARTEL, 2007).

Desse modo, a vitória é relevante para esforços militares em que o Estado derrota um oponente, impõe sua vontade, contribui para a sua derrota final ou obtém alguma satisfação com o resultado. Tais distinções contribuirão para a compreensão dos conceitos de vitórias tática, estratégica e grande estratégica, os quais serão apresentados posteriormente neste capítulo, como elementos da pré teoria (MARTEL, 2011).

2.1 A pré teoria da vitória

Uma pré teoria da vitória pode ajudar os formuladores de políticas de um Estado

10 É a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político (MD, 2015, p. 110).

11 É o conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro (MD, 2015, p. 133).

em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o estudo sobre a guerra será mais preciso se for guiado por um conjunto coerente de ideias. Ao descrever as condições que constituem a vitória, com base em uma análise histórica dos conflitos, uma pré teoria permitirá que os teóricos desenvolvam conceitos que descrevam com maior precisão a conexão da vitória com a estratégia e a condução da guerra. Desse modo, os teóricos podem ajudar a classe política na tomada de decisões sobre uma intervenção militar, assim como na validação ou não das ideias que surgirem no transcurso dos acontecimentos (MARTEL, 2007).

Se a liderança nacional tiver uma estrutura que lhe permita descrever mais precisamente a vitória, os planejadores estratégicos estarão mais capacitados a deduzir o fim militar necessário para atingir o objetivo político desejado. Sob esta ótica, ressalta-se que grande parte da desconexão entre a liderança política civil e a militar decorre da incapacidade de articulação de uma visão comum que descreva o Estado Final Desejado¹² (EFD), o qual possibilite a identificação dos objetivos militares¹³ que conduzam à consecução dos objetivos políticos (MCDONNELL, 2009).

Em segundo lugar, os formuladores de políticas terão melhores condições de criar conceitos bem definidos de intervenção militar, compreendendo os custos e benefícios do uso da força. Por fim, uma pré teoria da vitória permitirá que as sociedades democráticas compreendam o nível de compromisso e sacrifício que o uso da força militar pode impor ao Estado, ajudando a classe política a mobilizar a opinião pública para tal. Portanto, trata-se de um instrumento para ajudar os formuladores de políticas e planejadores da defesa a compreender as condições políticas, militares, tecnológicas e econômicas consistentes com a vitória (MARTEL, 2007).

Martel utilizou quatro conceitos como base: nível da vitória, mudança no *status*

12 Situação, política ou militar, favorável que deve ser alcançada quando a operação estiver finalizada (MD, 2020, p. 208).

13 São aqueles que sua natureza, localização, finalidade ou utilização contribuam eficazmente para a ação militar ou cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, ofereça, nas circunstâncias do caso presente, uma vantagem militar definida (MD, 2020, p. 357).

quo, mobilização para a guerra e obrigações pós-conflito. Cada um deles pode ser expresso em uma escala, representando vários graus de atividade e envolvimento na guerra (MARTEL, 2007). Abordaremos, a seguir, as considerações pertinentes sobre cada um desses conceitos.

2.1.1 Nível da vitória

Com relação ao nível da vitória, o resultado das guerras pode ser apresentado ao longo de uma linha que se estende começando pela vitória tática, prosseguindo pela estratégica e concluindo com a grande vitória estratégica (MARTEL, 2011).

A primeira representa a maior parte do pensamento histórico sobre o desfecho das guerras. Ela corresponde ao resultado alcançado quando o Estado ou um exército a obtém em um combate ou em uma série de confrontos militares. Podemos considerá-la como a primeira categoria a se desenvolver historicamente, conforme estrategistas e comandantes militares descreveram como vitória a derrota do inimigo no campo de batalha (MARTEL, 2007).

Os confrontos no nível tático estão mais preocupados com a manobra das forças militares do que com as estratégias e objetivos políticos. Embora possam ser decisivas, as vitórias táticas geralmente descrevem em termos limitados o resultado entre forças militares opostas no campo de batalha, com efeitos que têm consequências de curto prazo (MARTEL, 2011). Uma vitória tática não necessariamente possibilitará que seja alcançada uma grande vitória estratégica, assim como uma derrota naquele nível poderá ser irrelevante para o resultado final desejado no nível estratégico.

O segundo e intermediário nível da vitória, a estratégica¹⁴, é aquele no qual o Estado alcança uma série de sucessos na guerra, com base em um número suficiente de vitórias táticas. Abrange desde a conquista de território e derrota de exércitos até o sucesso

¹⁴ No seu primeiro livro sobre o assunto, em 2007, Martel definia a categoria intermediária como vitória político-militar. O motivo da redefinição como vitória estratégica foi para enfatizar a preeminência atribuída à realização dos objetivos políticos do Estado, garantindo que os seus objetivos militares sejam subordinados às considerações políticas (MARTEL, 2011, p. 44).

em guerras limitadas, obrigando que haja mudanças nas políticas da nação derrotada. Todavia, tais alterações ainda são insuficientes para que possa ser caracterizado como uma grande vitória estratégica (MARTEL, 2011).

O componente militar desse segundo nível se faz presente quando o Estado usa a força para destruir objetivos militares. Por exemplo, um país alcançaria uma vitória estratégica se adquirisse com sucesso o território do oponente por meio da conquista militar, obrigando-o a aceitar a subsequente derrota. Por outro lado, o conceito complementar é uma vitória política, que ocorre quando o Estado usa a força para derrotar as políticas, capacidades militares e instituições governamentais do seu adversário (MARTEL, 2007).

Portanto, uma vitória militar não produz necessariamente uma vitória política, enquanto esta pode ser alcançada sem resultados decisivos em batalhas, caso, por exemplo, um lado venha a se render antes do início das hostilidades. Assim, uma vitória estratégica pode ser alcançada sem derrotar as capacidades militares de uma nação¹⁵ (MARTEL, 2007).

Uma vitória estratégica ocupa uma posição intermediária entre aquela no nível tático, que tem efeitos de curto prazo e mais focados na batalha, e a que se segue no grande nível estratégico, que tem implicações mais amplas e significativas para o Estado e para o sistema internacional. Uma explicação mais ampla desse triunfo enfatiza que o uso da força permite que os formuladores de políticas sinalizem sua determinação ou avisem um adversário de que novas ações podem envolver riscos políticos significativos¹⁶. O valor do conceito dessa vitória é sua capacidade de enfatizar a relação entre a escala de destruição na guerra e suas implicações para o nível a ser alcançado (MARTEL, 2007).

Por fim, a grande vitória estratégica é alcançada quando uma guerra, motivada por

15 Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso da vitória estratégica alcançada pelos Estados Unidos da América (EUA) quando lançaram um ataque aéreo contra alvos militares e governamentais na Líbia em março de 1986 (MARTEL, 2007, p. 97).

16 Podemos citar como exemplo os ataques limitados de mísseis dos EUA contra os campos de treinamento da Al-Qaeda no Afeganistão, em agosto de 1998, que foram projetados com o propósito puramente político de sinalizar preocupação dos EUA mas, em última análise, suas consequências militares tiveram efeitos significativos e duradouros (MARTEL, 2007, p. 97).

razões ideológicas ou morais, cria um resultado de tal magnitude que leva a um profundo reordenamento da conjuntura política mundial. Neste caso, o Estado impõe uma mudança estratégica no sistema internacional, destruindo os valores ideológicos e morais de uma sociedade e, em seguida, restabelecendo as bases do inimigo derrotado, incluindo seu governo, economia e poder militar¹⁷. Além disso, ela descreve os resultados de guerras em que o adversário é impedido de usar o poder militar ou representar uma ameaça (MARTEL, 2007).

Tais objetivos passaram a ser evidenciados com desenvolvimentos tecnológicos específicos, especialmente aeronaves e armas nucleares, que dotaram o Estado do poder de alcançar a vitória em uma escala sem precedentes (MARTEL, 2007). Entretanto, em que pese a enorme capacidade obtida pelas nações tecnologicamente desenvolvidas, é importante ressaltar o peso que a opinião pública tem em definir se o resultado final de um conflito pode ser considerado uma grande vitória estratégica, com base em avaliações das condições políticas ao término das hostilidades (BARTHOLOMEES JR, 2010). A grande vitória estratégica produz mudanças no equilíbrio global de poder e, portanto, no *status quo*, as quais serão discutidas a seguir.

2.1.2 Mudança no *status quo*

Continuando a análise dos conceitos, destaca-se a definição da mudança no *status quo* do Estado derrotado, que o vencedor atinge com o uso do poder militar (MARTEL, 2007). O que deve ser considerado é a relação entre a vitória e as mudanças políticas, econômicas e militares no sistema internacional (MARTEL, 2011).

Na extremidade inferior da escala, o Estado usa a força para objetivos limitados, obrigando que o adversário altere suas políticas, podendo aumentá-la até o ponto em que seja

¹⁷ A relevância da grande vitória estratégica é evidente nos casos da destruição da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento de novas bases políticas, econômicas, militares e ideológicas (MARTEL, 2007, p. 98).

capaz de derrotar a sua capacidade militar de conduzir a guerra. Na sequência, a mudança no *status quo* ocorre quando se emprega a força para transformar os fundamentos institucionais, constitucionais ou econômicos do Estado que contribuem para o seu poder e legitimidade (MARTEL, 2007).

O grau de mudança mais elevado no *status quo* é a ocupação do Estado derrotado e a alteração do regime vigente. Uma mudança nessa escala ocorre quando o vencedor usa a força para destruir a cadeia de comando militar do inimigo, substituir seu chefe de Estado, demolir seu sistema de governo, ocupar seu território¹⁸ (MARTEL, 2007) e reconstruir sua nação¹⁹ (MARTEL, 2011).

Ao analisarmos a relação entre a mudança no *status quo* e o nível de vitória, é possível identificarmos algumas combinações. Iniciando pela correlação entre a vitória tática e os níveis de mudança no *status quo*, aquela pode gerar uma pequena alteração nas condições econômicas, políticas, sociais e militares do Estado derrotado. Além disso, em que pese o seu propósito e os efeitos com consequências de curto prazo, pode produzir uma relevante mudança no *status quo*²⁰, transformando os fundamentos institucionais, constitucionais ou econômicos do Estado derrotado.

No que se refere à correlação entre a vitória estratégica e os níveis de mudança no *status quo*, há duas possibilidades. A primeira é que ela pode ocasionar pequenas mudanças, ao derrotar a capacidade militar do adversário de conduzir a guerra. Já a segunda diz respeito à possibilidade de alterações em um nível intermediário, ao transformar os fundamentos institucionais, constitucionais ou econômicos da nação derrotada.

Por fim, a grande vitória estratégica está diretamente relacionada a uma

18 A invasão do Iraque pelos EUA em março de 2003 exemplifica uma guerra que produziu uma mudança profunda no *status quo* (MARTEL, 2007, p. 99).

19 Na guerra contra o Afeganistão, a reconstrução da nação é parte integrante da estratégia empregada para vencer a batalha de contrainsurgência contra o Talibã (MARTEL, 2011, p. 45).

20 Como resultado dos ataques militares dos EUA contra as instalações do governo e alvos militares da Líbia em março de 1986, o governo de Muammar al-Qaddafi reverteu sua política de patrocinar o terrorismo. Essa intervenção militar foi, na melhor das hipóteses, um ataque, mas provocou mudanças significativas na disposição da Líbia de apoiar o terrorismo (MARTEL, 2007, p.99).

significativa mudança no *status quo*, uma vez que atinge um resultado de tal magnitude que leva a um profundo reordenamento da conjuntura política internacional. Ao atingir uma vitória nesse nível, cabe ao vencedor demolir o sistema de governo do Estado derrotado, ocupar seu território e reconstruir sua nação.

2.1.3 Mobilização²¹ para a guerra

O terceiro conceito na teoria em análise é a escala da mobilização do Estado de seus recursos políticos, militares, econômicos e sociais para a guerra. Além de estudar a vitória como resultado, é importante reconhecermos que ela representa uma aspiração política e militar dos governantes. Esse objetivo contribui para o processo de mobilização do Estado para a guerra, em termos de suas implicações políticas, militares, econômicas e sociais para a vitória (MARTEL, 2011).

A escala de mobilização é influenciada tanto pelos recursos que são gastos na manutenção de sua capacidade militar, quanto pela perspectiva dos Estados poderem organizar sua produção militar e industrial para a guerra com muito mais eficiência na atualidade, em consequência dos avanços tecnológicos e dos investimentos sustentados em capacidades de defesa (MARTEL, 2007).

O limite inferior da escala de mobilização é estritamente militar, envolvendo o emprego conjunto das Forças Armadas²², bem como estoques existentes de equipamento militar disponível como resultado da produção industrial. Na sequência, em seu nível intermediário, engloba, além do emprego do poder militar, o apoio da opinião pública interna (MARTEL, 2007), fundamental para que o Estado tenha o respaldo necessário para a

21 A mobilização pode ser definida como a rápida montagem, produção ou implantação de uma força superior de armas militares, que se concentra na capacidade de uma sociedade de energizar e direcionar todos os seus recursos militares e civis para travar a guerra (MARTEL, 2011, p. 48).

22 A operação conjunta das Forças Armadas caracteriza-se pelo emprego coordenado de elementos de mais de uma Força Singular nacional, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2017, p. 2-4).

condução das atividades no campo de batalha.

Já no nível mais avançado da escala, encontra-se o grau máximo de mobilização do Estado para o conflito, o qual contará, além do apoio interno, com o da opinião pública internacional. Tal respaldo é fundamental para que outros Estados mobilizem seus meios e pessoal para a formação de coalizões, de modo a aumentar a capacidade combatente contra o inimigo a ser derrotado. Nesse mesmo aspecto, a mobilização para a guerra pode envolver o acionamento de militares veteranos e o envio de tropas para invasão e ocupação do território do oponente (MARTEL, 2007).

Quando se eleva o nível de mobilização, reveste-se de importância o apoio da opinião pública²³. Em sociedades democráticas, por exemplo, o Estado deve ser capaz de mantê-la se quiser gastar os recursos necessários para a vitória, podendo tal apoio ser um fator mais crítico do que a mobilização industrial e militar (MARTEL, 2007).

O mais importante é compreendermos que o nível da vitória e a mudança do *status quo* estão relacionados à mobilização estatal para a guerra. Por exemplo, um Estado pode se mobilizar convocando um grande número de forças de reserva, sugerindo que um nível mais alto de vitória está sendo buscado. Da mesma forma, quando os formuladores de políticas buscam alcançar maiores níveis de vitória, é mais provável que usem forças terrestres para invadir e ocupar o território inimigo, aumentando, portanto, o nível de mobilização necessária (MARTEL, 2007).

O apoio popular à guerra, no entanto, pode erodir durante um conflito²⁴. O fracasso dos governantes em usar uma linguagem precisa e coerente sobre a vitória enfraquece sua capacidade de mobilizar e manter o apoio da opinião pública à guerra. Sem que haja uma articulação adequada, que permita estabelecer o nível de vitória desejado, bem

23 A mobilização da opinião pública é considerada como um centro de gravidade estratégico para as sociedades democráticas (MARTEL, 2011, p. 49).

24 Como visto, por exemplo, na Guerra do Iraque em 2003, à medida que o número de militares norte-americanos mortos em ação começou a aumentar durante o auge da insurgência (MARTEL, 2011, p.50).

como o grau e a duração da mobilização exigida do Estado, os formuladores de políticas podem ver o declínio do apoio público, particularmente quando a intervenção militar se torna mais demorada ou custosa do que inicialmente previsto²⁵ (MARTEL, 2011).

2.1.4 Obrigações pós-conflito

O quarto conceito da pré teoria são as obrigações pós-conflito do Estado, com base na ideia de que a vitória impõe uma série de custos políticos e econômicos ao vencedor. Tais custos envolvem a decisão de apoiar ou orientar os esforços da sociedade derrotada para se reconstruir após a guerra. O empenho, por parte do vencedor, pode variar desde a participação limitada em seus assuntos até a ocupação prolongada de seu território e a subsequente reconstrução de suas instituições políticas, militares e econômicas. Essas obrigações podem ser simétricas, na medida em que o derrotado tem a obrigação recíproca de cumprir os termos do acordo que encerrou a guerra²⁶.

Historicamente, a escala das obrigações pós-conflito tem variado amplamente. No seu limite inferior, as obrigações incluem a destruição das forças militares convencionais e não convencionais do adversário, a fim de evitar qualquer reversão da vitória obtida na guerra (MARTEL, 2007) e para garantir que as forças derrotadas não consigam se reorganizar ao término do conflito²⁷ (MARTEL, 2011).

À medida que aumenta a escala das obrigações pós-conflito, as responsabilidades do vencedor para fornecer suporte econômico para a recuperação dos derrotados tornam-se um processo de mais longo prazo. A implicação é que essa escala está diretamente relacionada ao nível da vitória buscado e, portanto, ao grau de devastação gerado e ao de

25 Por exemplo, o fracasso em planejar adequadamente as obrigações pós-conflito no Iraque em 2003 contribuiu para a violência no país, bem como para um crescente mal-estar na sociedade norte-americana de que a vitória estratégica inicial estava mudando para um compromisso de longo prazo sem previsão de encerramento (MARTEL, 2011, p. 50).

26 Por exemplo, os instrumentos legais de rendição incondicional com os quais a Alemanha e o Japão concordaram no final da Segunda Guerra Mundial estabeleceram a obrigação de cada um deles de seguir os ditames das potências aliadas (MARTEL, 2007, p. 102).

27 Como visto no Iraque após a invasão dos EUA em 2003 (MARTEL, 2011, p. 52).

reconstrução necessária. Também se correlaciona, mas inversamente, à ameaça do pós-guerra, em termos das consequências caso a nação não seja reconstruída²⁸ (MARTEL, 2007).

Movendo-se em direção à extremidade mais prolongada do espectro, as obrigações pós-conflito podem envolver a reconstrução física do Estado adversário destruído, ou mesmo da sua nação. Neste caso, as responsabilidades do vencedor podem incluir o estabelecimento de instituições estáveis de governança, proporcionando eleições livres, o treinamento de forças de segurança e a criação de novas instituições militares (MARTEL, 2007).

2.2 Conclusões parciais

Inicialmente, com base no que foi apresentado, é necessário compreendermos que a pré teoria da vitória nada mais é do que uma ferramenta que possibilita a análise de custos, implicações e obrigações, necessários quando um Estado decide participar de um conflito. Não pretendemos buscar, por seu intermédio, um método para alcançarmos a vitória, mas sim, entendermos as consequências decorrentes das decisões que são tomadas antes, durante ou após o término das hostilidades.

Portanto, essa pré teoria permitirá que os governantes e planejadores da defesa compreendam as condições políticas, militares, tecnológicas e econômicas consistentes com a vitória. Para tal, eles deverão definir o significado de alcançá-la. Além disso, é necessário o estabelecimento de parâmetros que possibilitem ao Estado saber o momento em que alcançará o sucesso pretendido. Outro aspecto relevante é o levantamento dos seus custos, riscos e benefícios. E, finalmente, deverão confirmar se o Estado está disposto a arcar com esses três fatores.

Com relação aos seus quatro conceitos, quais sejam, nível da vitória, mudança no

²⁸ Caso da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, quando o fracasso dos aliados vitoriosos em estabelecer obrigações pós-conflito provavelmente contribuiu para o colapso econômico subsequente do Estado alemão, a radicalização política e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (MARTEL, 2011, p. 53).

status quo, mobilização para a guerra e obrigações pós-conflito, podemos concluir que o nível da vitória a ser alcançado dependerá do estágio atingido em cada um dos demais. É importante frisarmos que não existe uma lógica exata nessa correlação, pois determinadas variáveis podem alterar a tendência natural dos acontecimentos ao término dos conflitos.

Exemplificando, é possível que uma mudança abrangente no *status quo*, por si só, não proporcione uma grande vitória estratégica. Esta, provavelmente, só pode ser obtida pela combinação daquela mudança, com uma ampla mobilização para a guerra e grandes obrigações pós-conflito para com o Estado derrotado. Entretanto, a ação de grupos extremistas²⁹ pode ser uma variável que venha a comprometer a legitimidade de uma grande vitória estratégica obtida.

29 Um exemplo foi o problema colocado pela insurgência iraquiana que se formou na sequência do declarado fim das principais operações de combate na Guerra do Iraque, em 2003, que minou a capacidade dos EUA de alcançar estabilidade no Iraque pós-guerra e diminuiu, significativamente, qualquer declaração de vitória dos norte-americanos em qualquer nível (MARTEL, 2007, p. 256).

3 A PARTICIPAÇÃO DA USN E DO USMC NAS OPERAÇÕES *DESERT SHIELD* E *DESERT STORM*

Após a análise, no capítulo 2, dos conceitos da pré teoria da vitória, passaremos a descrever, no presente capítulo, a participação da USN e do USMC nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, com o propósito de identificar as suas contribuições para o resultado final da Guerra do Golfo e fornecer subsídios para a validação ou não da hipótese desta pesquisa, de que foi obtida uma grande vitória estratégica pelas forças da coalizão ao término da Guerra do Golfo.

Para tal, dividiremos o capítulo em três seções: na primeira, abordaremos a Operação *Desert Shield*, com ênfase nas sanções econômicas do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e no impacto da minagem iraquiana. Na segunda, trataremos a respeito da *Desert Storm*, ressaltando as ações e operações de guerra naval realizadas no período. E, por fim, fecharemos com as conclusões parciais.

3.1 A Operação *Desert Shield*³⁰

Dois acontecimentos marcantes sinalizaram a mudança do cenário geopolítico no Golfo Pérsico: o cessar-fogo entre Iraque e Irã, em 1988, e a queda do Muro de Berlim, em 1989, que sinalizava o fim da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com um exército enorme e bem equipado, e um ditador empenhado na hegemonia regional como chefe de Estado, o Iraque havia substituído os soviéticos como a maior ameaça no sudoeste asiático (MATTHEWS; HOLT, 1992).

Tendo em vista essa mudança, os EUA revisaram o seu Plano de Operação 1002-90, para simular uma invasão iraquiana ao Kuwait e à Arábia Saudita. Para testá-lo, foi conduzido, em julho de 1990, um exercício conjunto simulado chamado *Internal Look*, que

30 Conduzida entre 8 de agosto de 1990 e 16 de janeiro de 1991.

simulou um ataque iraquiano à Arábia Saudita. Este exercício destacou a forte dependência norte-americana dos aeroportos e portos sauditas. Ademais, demonstrou que uma séria escassez de transporte, em particular o marítimo, representava o maior elemento de risco associado a uma guerra no sudoeste da Ásia (MATTHEWS; HOLT, 1992). Menos de um mês depois, o exército iraquiano invadia o território kuwaitiano.

No momento da invasão do Kuwait pelo exército iraquiano, em 2 de agosto de 1990, a USN já se encontrava nas proximidades do Oriente Médio, por meio de seus navios da Força-Tarefa Conjunta do Oriente Médio. Grupos-Tarefa (GT) liderados pelo *USS Independence* e pelo *USS Dwight D. Eisenhower* partiram do Oceano Índico e do Mediterrâneo oriental para assumir posições no Golfo de Omã e no Mar Vermelho (EUA, 1991). Dezoito dias depois da invasão do Kuwait pelo Iraque, o Presidente norte-americano George H. W. Bush definiu, por intermédio da Diretiva de Segurança Nacional 45³¹, os quatro objetivos fundamentais da política norte-americana no Golfo Pérsico:

A imediata, completa e incondicional retirada de todas as forças iraquianas do Kuwait; a restauração do governo legítimo do Kuwait para substituir o regime fantoche instalado pelo Iraque; um compromisso com a segurança e estabilidade do Golfo Pérsico; e a proteção das vidas dos cidadãos americanos no exterior (BUSH, 1990, tradução nossa).³²

Os dois GT foram posteriormente reforçados por outros quatro grupos. A USN também implantou uma ForTarAnf³³ de 31 navios, além de vários navios de apoio, caça-minas e submarinos (EUA, 1991). A Marinha norte-americana se beneficiou de anos de experiência operacional no Oriente Médio³⁴. Como não havia bases estadunidenses permanentes na área, os navios desdobrados foram fundamentais para responder à crise na região, conforme exposto pelo *Department of Defense* (DOD, 1992).

31 https://fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd_45.htm.

32 No original: “The immediate, complete, and unconditional withdrawal of all Iraqi forces from Kuwait; the restoration of Kuwait’s legitimate government to replace the puppet regime installed by Iraq; a commitment to the security and stability of the Persian Gulf; and the protection of the lives of American citizens abroad.”

33 Força organizada por tarefas, composta por uma Força Naval, compreendendo unidades navais, aeronavais e uma Força de Desembarque, criada para realizar uma operação anfíbia (BRASIL, 2017, p. A-14).

34 A familiaridade com a geografia e as marinhas locais foi adquirida por meio de uma presença contínua no Golfo desde 1949 (<https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/the-united-states-navy-and-the-persian-gulf.html>).

Também contribuíram, significativamente, para o desdobramento inicial dos meios necessários para as operações que desencadear-se-iam posteriormente, os diversos navios de pré-posicionamento marítimo localizados nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico³⁵ (MATTHEWS; HOLT, 1992).

3.1.1 As sanções econômicas do CSNU

Os objetivos operacionais³⁶ dos EUA durante a Operação *Desert Shield* foram: desenvolver capacidade defensiva na região do Golfo para dissuadir Saddam Hussein de novos ataques; defender a Arábia Saudita com eficácia, caso a dissuasão falhasse; construir uma força de coalizão militarmente eficaz e integrá-la aos planos operacionais; e fazer cumprir as sanções prescritas pelas Resoluções 661³⁷ e 665³⁸ do CSNU (DOD, 1992).

Para que tais objetivos fossem atingidos, a USN e as Marinhas da coalizão desempenharam um papel fundamental. Em primeiro lugar, por intermédio de OIM e de bloqueio. E, em segundo lugar, no apoio ao desenvolvimento da capacidade defensiva na região do Golfo, para o qual revestiram-se de importância as Operações de Defesa de Porto, de modo que os principais portos de interesse dos aliados permanecessem operando, para possibilitar o desembarque do material necessário para as tropas terrestres (DOD, 1992).

Iniciando a análise pelo papel fundamental para o cumprimento das sanções do

35 Cada Esquadrão foi capaz de equipar e fornecer uma Brigada Expedicionária de Fuzileiros Navais de aproximadamente 16.500 militares por trinta dias, além de transportar cinquenta tanques M-60, cem veículos anfíbios de assalto, trinta veículos blindados leves, quarenta obuseiros de 155 mm, trezentos caminhões de cinco toneladas e 1,5 milhão de refeições (MATTHEWS; HOLT, 1992, p. 118).

36 As operações conjuntas devem ser dirigidas a objetivos operacionais que contribuam para alcançar o EFD Operacional. Um objetivo operacional é uma meta para a qual concorrerão as ações, deste nível (MD, 2020, p. 44).

37 Aprovada em 6 de agosto de 1990, quatro dias após a invasão do Kuwait pelo Iraque, exortava todos os Estados a impedir a importação e exportação de todas as *commodities* e produtos de e para o Iraque e Kuwait, exceto suprimentos médicos e certas remessas humanitárias de alimentos ([https://undocs.org/S/RES/661\(1990\)](https://undocs.org/S/RES/661(1990))).

38 Aprovada em 25 de agosto de 1990, exortava os Estados-Membros que estivessem enviando forças marítimas para a área a usarem medidas proporcionais às circunstâncias que fossem necessárias sob a autoridade do CSNU para interromper o transporte marítimo de ida e volta, a fim de inspecionar e verificar suas cargas e destinos e assegurar a implementação das disposições estabelecidas na resolução 661 ([https://undocs.org/S/RES/665\(1990\)](https://undocs.org/S/RES/665(1990))).

CSNU, embora o Iraque praticamente não possuísse um litoral, tinha acesso direto ao mar pelo noroeste do Golfo Pérsico³⁹. Portos e aeródromos ao longo da costa do Golfo, principalmente Al-Jubayl e o complexo de Dhahran, foram escolhidos por oferecerem as melhores instalações de descarga e estarem próximos da principal via de abordagem para uma possível invasão iraquiana à Arábia Saudita (DOD, 1992).

Além disso, a ala aérea embarcada nos porta-aviões forneceria poder de combate imediato, capaz de infligir graves baixas ao avanço das colunas mecanizadas iraquianas. Elas também seriam capazes de iniciar uma campanha aeroespacial estratégica limitada para reduzir as capacidades militares das tropas de Saddam Hussein. As forças navais isolariam a região, aplicando o embargo do CSNU contra o Iraque⁴⁰ (DOD, 1992).

A Força de Interdição Marítima (FIM) foi o principal instrumento que a coalizão usou para fazer cumprir as sanções econômicas. Estas exigiram um esforço longo e concentrado⁴¹, interceptando cargas proibidas em navios com destino ou saída de portos iraquianos e kuwaitianos, ou Al-Aqabah, na Jordânia. O plano operacional para esta FIM tinha dois objetivos principais: usar as forças navais dos EUA disponíveis para monitorar os canais de navegação usados pelo Iraque em toda a região, sem comprometer os objetivos de segurança; e basear as OIM em princípios jurídicos internacionais, para fazer cumprir as sanções, com o mínimo de interferência no comércio marítimo (DOD, 1992). A FIG. 1 apresenta os setores atribuídos à FIM.

O plano operacional considerou o perigo de que o uso desproporcional da força, nos estágios iniciais da crise, pudesse minar o apoio internacional às sanções ou, até mesmo, induzir uma resposta militar iraquiana em um momento inoportuno em relação à construção

39 Possuía uma ligação indireta ao Mar Vermelho, por meio da Jordânia, via porto de Al-Aqabah (ELLEMAN (Ed.); PAINE (Ed.), 2008, p. 158).

40 O que tornou o embargo possível foi um sofisticado sistema de rastreamento de navios criado originalmente para apoiar ataques de mísseis contra a esquadra soviética durante o período da Guerra Fria, que empregava centros de fusão de dados baseados em terra, comunicando-se por satélite com computadores instalados a bordo de navios (www.defensemecianetwork.com/stories/gulf-war-naval-lessons-of-the-gulf-war/).

41 Embora as OIM tenham continuado após o cessar-fogo, a análise desta pesquisa se concentra no período de 2 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991.

da coalizão⁴² (DOD, 1992). Bem antes desta operação, estava ocorrendo uma verdadeira “guerra da mídia”, na qual o Iraque procurava colocar seus oponentes no papel de agressores (ELLEMAN (Ed.); PAINE (Ed.), 2008).

As OIM poderiam ter sido mais eficazes se a orientação detalhando as sanções fosse fornecida imediatamente à comunidade marítima internacional. Houve demora, principalmente devido à natureza volátil da crise em evolução. Além disso, havia a preocupação de que, se mais detalhes sobre os procedimentos fossem tornados públicos, esforços mais criativos para contornar as sanções poderiam ser desenvolvidos (DOD, 1992).

3.1.2 O impacto da minagem defensiva iraquiana

O Iraque desenvolveu um extenso sistema de defesa costeira no Kuwait, sendo que a ameaça das suas minas, conforme apresentado na FIG. 2, afetou quase todas as Operações Navais durante o conflito do Golfo Pérsico (DOD, 1992). O fracasso em impedir os iraquianos de implantar minas no norte do Golfo foi um dos erros fundamentais da Operação *Desert Shield*. O planejamento inicial das Operações de CMM no norte do Golfo foi prejudicado pela situação, uma vez que a *Royal Navy*, que fornecia uma grande proporção dos meios de superfície capazes de realizar CMM, não aceitou os planos iniciais de aproximação ao Kuwait, que haviam sido desenvolvidos pelas autoridades da USN sem a sua participação (ELLEMAN (Ed.); PAINE (Ed.), 2008).

Outro aspecto limitador dizia respeito à proibição de voos de reconhecimento, por parte da coalizão, sobre o Golfo Norte, o que impossibilitou a obtenção de informações mais precisas sobre os limites externos e a composição dos campos minados (MAROLDA, 2017).

O planejamento de CMM inicialmente se concentrou em apoiar um assalto

42 Em 18 de janeiro de 1991, o Iraque atacou Israel com oito mísseis *Scud*. Os iraquianos esperavam trazer o Estado judeu para a guerra, alienando os membros da coalizão árabe (TUCKER, 2010, p. 635)

anfíbio⁴³ ao norte de Ash Shuaybah, na costa do Kuwait. A Força Naval Componente⁴⁴ (FNC) tomou a decisão final, no início de fevereiro de 1991, de cancelá-lo, sendo a partir de então o objetivo um assalto anfíbio na Ilha Faylaka. O planejamento de CMM então mudou em direção ao novo alvo. As áreas de remoção de minas necessárias para o ataque àquela ilha incluíam um conjunto completo de áreas de Apoio de Fogo⁴⁵ Naval (AFN) e um canal limpo para a Área do Objetivo Anfíbio⁴⁶ (AOA). Os objetivos da CMM mais tarde foram reduzidos a fornecer um caminho seguro para que o *USS Missouri* pudesse se posicionar fora da Ilha Faylaka, para prover AFN e apresentar aos iraquianos indicações confiáveis de um assalto anfíbio (DOD, 1992).

3.2 A Operação *Desert Storm*⁴⁷

Durante a Operação *Desert Storm*, houve apenas uma campanha teatral global, dividida em quatro fases distintas (FIG. 3): a primeira, denominada Campanha Aeroespacial Estratégica; a segunda, a Superioridade Aeroespacial⁴⁸ no Teatro de Operações⁴⁹ (TO), sendo esta área apresentada na FIG. 4; a terceira fase foi a Preparação do Campo de Batalha; e a última, a Campanha Ofensiva Terrestre (DOD, 1992).

A fase 1 previa, simultaneamente, estabelecer a superioridade aeroespacial, paralisar a liderança iraquiana e seu sistema de Comando e Controle (C2), atacar sua autoridade de comando nacional, destruir suas instalações de armas de destruição em massa e

43 Modalidade mais completa de uma OpAnf, que se refere a um ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer uma ForDbq em terra (BRASIL, 2017, p. 3-4).

44 Força Naval que forma parte de um Comando Operacional Conjunto, posta à disposição de seu Comandante para o cumprimento de uma determinada missão ou tarefa (BRASIL, 2017, p. A-13).

45 Ato ou efeito de fogo sobre determinados alvos ou objetivos, realizado por elemento, unidade ou força, para apoiar ou proteger outros elementos, unidade ou força (BRASIL, 2017, p. A-3).

46 Área geográfica na qual o Comandante da Força-Tarefa Anfíbia (ComForTarAnf) tem autoridade para controlar as atividades das forças amigas caso afetem as operações a seu cargo (BRASIL, 2017, p. A-4).

47 Conduzida entre 17 de janeiro e 28 de fevereiro de 1991.

48 É o nível de Controle Aeroespacial no qual a Força Aérea é capaz de dominar somente uma porção específica do espaço aéreo e espacial de interesse e por período limitado (BRASIL, 2020, p. 15).

49 Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico (MD, 2015, p. 265).

enfraquecer as unidades da Guarda Republicana. A segunda destinava-se a suprimir ou destruir as defesas aeroespaciais do Iraque⁵⁰. A terceira fase consistia em conduzir ataques contra as unidades terrestres, particularmente o Comando das Forças da Guarda Republicana. E, finalmente, a quarta envolvia bombardeios contra as forças terrestres de Saddam⁵¹ (MARTEL, 2007).

Tanto na Operação *Desert Shield* quanto na *Desert Storm*, a *US Air Force* (USAF) forneceu a maioria das aeronaves de asa fixa. Entretanto, os campos de aviação da Arábia Saudita e de outros Estados do Golfo só podiam operar um determinado número de aeronaves (EUA, 1991). Desse modo, as aeronaves da USN e do USMC, assim como das demais Marinhas da coalizão, contribuíram significativamente para o sucesso obtido pela USAF no decorrer do conflito no Golfo Pérsico.

Para atingir os objetivos designados rapidamente e com o mínimo de baixas da coalizão, os planejadores norte-americanos aplicaram os princípios da exploração⁵² e da concentração⁵³, explorando todas as vantagens possíveis em táticas, equipamentos, C2 e as forças desdobradas para o TO em velocidade máxima. Essas vantagens possibilitaram a condução de operações massivas e simultâneas, em vez de atacar centros de gravidade⁵⁴ (CG) aos poucos (DOD, 1992). O transporte marítimo estratégico foi crucial para o desdobramento das forças do Exército, considerando-se que a maior parte do equipamento e suprimentos era

50 Os iraquianos organizaram suas defesas aeroespaciais em três componentes: um sistema nacional, altamente centralizado, protegia campos de aviação importantes com caças e locais de lançamento de mísseis superfície-ar SA-2 e SA-3 fixos; um sistema operado pela Guarda Republicana, que defendia instalações NBQRe; e um sistema, implantado pelo exército iraquiano, que cobria o campo de batalha (MAROLDA; SCHNELLER JR, 2013, p.181).

51 Foram organizados ataques diretos contra unidades terrestres iraquianas por meio de “caixas de destruição” (FIG. 5). Cada caixa era uma área de 900 milhas terrestres quadradas. Esse sistema reduziu o perigo de colisão no ar e fratricídio decorrente do grande número de aeronaves aliadas cruzando o espaço aéreo restrito sobre o TO kuwaitiano e da visibilidade limitada causada pelo mau tempo e fumaça de poços de petróleo em chamas. Essas caixas também evitaram ataques redundantes por diferentes unidades aliadas nos mesmos alvos (MAROLDA; SCHNELLER JR, 2013, p. 249).

52 Princípio caracterizado pela intensificação das ações ofensivas para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação (BRASIL, 2017, p. 2-6).

53 Princípio que compreende a aplicação de forças superiores às do inimigo, em termos de quantidade, qualidade e eficiência, em um ponto decisivo, no tempo devido, com capacidade para sustentar esse esforço, enquanto necessário (BRASIL, 2017, p. 2-7).

54 É uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate (MD, 2015, p. 59).

grande demais para ser transportada por via aérea (EUA, 1991).

A estratégia ofensiva geral foi projetada de acordo com princípios testados de aplicação de força contra a fraqueza do inimigo⁵⁵. Entre os seus pontos fortes estavam o nível de adestramento, as vantagens tecnológicas em armamentos, a perspectiva de superioridade aeroespacial, a capacidade de adquirir inteligência em quase todo o TO, o apoio internacional e a expressão significativa da liderança política e militar da coalizão (DOD, 1992).

Apesar da força numérica do Iraque e da extensa infraestrutura militar, a coalizão sabia que as forças iraquianas tinham fraquezas significativas: um sistema de C2 rígido de cima para baixo; forças terrestres e logística especialmente vulneráveis a ataques aéreos em condições desérticas; capacidade limitada de conduzir operações ofensivas profundas; sistema de logística sobrecarregado; qualidade desigual de forças militares; incapacidade de interferir nos ativos baseados no espaço dos EUA; capacidade ofensiva aérea limitada; e inteligência ineficaz (DOD, 1992).

Além dessas fraquezas, foram identificados os CG do Iraque. O primeiro foi o C2 e liderança do regime de Saddam Hussein. Se fosse tornado incapaz de dirigir suas forças militares, o Iraque poderia ser forçado a cumprir as exigências da coalizão. Em segundo lugar, degradar a capacidade das armas de destruição em massa do Iraque reduziria grande parte da ameaça a outros Estados regionais. Isso significava atacar as suas instalações de produção de armas de defesa Nuclear, Biológica, Química, Radiológica e artefatos Explosivos (NBQRe). O terceiro CG era a Guarda Republicana. Eliminá-la do território kuwaitiano como força de combate reduziria drasticamente a capacidade do Iraque de conduzir uma defesa coordenada do Kuwait ou de representar uma ameaça ofensiva para a região posteriormente (DOD, 1992).

⁵⁵ Para se chegar aos fatores de força e fraqueza, utiliza-se o método de raciocínio cartesiano, a partir de seus quatro preceitos fundamentais: evidência (evita a precipitação e improvisação, aceitando como verdadeiro apenas o que se apresentar claro e indiscutível como tal), análise (faz com que as dificuldades de um problema sejam divididas no maior número possível de partes, buscando resolvê-las uma de cada vez), enumeração (busca enumerar, da forma mais completa possível, todos os fatos pertinentes, suas deduções e conclusões, fazendo, ainda, com que o planejador realize tantas revisões quantas necessárias, de modo a obter a certeza de que nenhum aspecto relevante foi omitido) e síntese (conduz o pensamento do planejador a partir dos conhecimentos mais simples para os mais complexos) (MD, 2020, p. 48).

A Operação *Desert Storm* tinha como missão conduzir operações ofensivas para neutralizar a Autoridade de Comando Nacional do Iraque; expulsar as Forças Armadas Iraquianas do Kuwait; destruir a Guarda Republicana; o mais cedo possível, destruir mísseis balísticos do Iraque e sua capacidade nuclear, química e biológica; e auxiliar na restauração do governo legítimo do Kuwait (DOD, 1992).

Como resultado, foi adotado o seguinte conceito da operação⁵⁶: conduzir um ataque aéreo, naval e terrestre coordenado e multinacional; uma campanha aeroespacial estratégica focada nos CG do inimigo; e mudar, progressivamente, as ações aéreas⁵⁷ para Operações Terrestres no TO do Kuwait e conduzi-las para isolar as linhas de abastecimento iraquianas, destruir a Guarda Republicana e libertar a cidade do Kuwait (DOD, 1992).

Os seguintes objetivos militares deveriam ser atingidos dentro de cada fase: na primeira, a superioridade aeroespacial, o corte das linhas de suprimentos, a liderança e C2, as capacidades NBQRe e a destruição da Guarda Republicana. Na segunda, permaneceriam as duas primeiras da fase 1. Na terceira, continuariam o corte das linhas de suprimentos, a destruição da Guarda Republicana e as capacidades NBQRe. E, na última, além das duas primeiras da fase anterior, a libertação da cidade do Kuwait (DOD, 1992).

Durante as fases 1 e 2, o plano da FNC direcionava a condução de ações aeronavais⁵⁸, Operações de CMM no norte do Golfo Pérsico e Operações de Ataque às instalações costeiras. Durante a terceira, eram previstas Operações de Ataque às forças terrestres iraquianas e a continuação das atividades das fases anteriores. Na última, além das demonstrações anfíbias⁵⁹ no TO do Kuwait, a ForTarAnf deveria estar preparada para conduzir OpAnf nas proximidades de Ash Shuaybah; em paralelo, as tarefas das fases

56 Exposição verbal ou escrita por meio da qual o comandante de uma força expõe aos comandos subordinados como visualizar a execução de toda operação (MD, 2015, p. 68).

57 Compreendem o conjunto de atos, manobras e procedimentos realizados pelas aeronaves adjudicadas a um Comando Operacional (BRASIL, 2017, p. 3-30).

58 São aquelas realizadas por aeronaves do Poder Naval, quando operando desdobradas em terra ou no caso de ataque por aeronaves orgânicas contra objetivos em terra (BRASIL, 2017, p. 3-30).

59 Compreende a aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma OpAnf, sem o efetivo desembarque de tropas (BRASIL, 2017, p. 3-6).

anteriores continuariam em andamento (DOD, 1992).

Os objetivos principais da FNC eram: apoiar as unidades terrestres, aéreas e marítimas da coalizão; realizar OIM; realizar ações aeronavais; conduzir ataques com mísseis *Tomahawk*⁶⁰ contra as forças iraquianas; manter uma capacidade expedicionária de assalto anfíbio; conduzir Operações de Ataque no norte do Golfo Pérsico; defender os litorais da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU), Catar, Bahrein, Omã e patrulhar as áreas marítimas adjacentes (DOD, 1992).

3.2.1 O início da operação

Em 17 de janeiro de 1991, a Operação *Desert Storm* começou com um ataque coordenado, que incluiu o lançamento de mísseis *Tomahawk* por navios de guerra no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho⁶¹ (EUA, 1991), contra instalações de energia e locais de comunicações, visando a impedir a liderança nacional iraquiana de coordenar suas capacidades militares. Paralelamente, helicópteros atacaram radares da rede integrada de defesa aeroespacial⁶² iraquiana. Tal apoio da USN contribuiu para que a operação obtivesse a superioridade aeroespacial dentro do TO do conflito (MARTEL, 2007), sendo esta conquista um Ponto Decisivo⁶³ (PD) para o resultado final da operação.

Além da aviação embarcada nos porta-aviões, outros meios aéreos da USN apoiaram o esforço da coalizão. As aeronaves EP-3 e EA-6B realizaram ações de guerra

60 O *Tomahawk* é um míssil de cruzeiro subsônico estadunidense. Pode ser lançado de navios e de submarinos, com alcance máximo de 2.500 km. Transporta carga explosiva de até 450 kg (MDP, 2020b).

61 Navios e submarinos da USN lançaram 288 mísseis de cruzeiro *Tomahawk* do Mar Vermelho e Golfo Pérsico (a disposição inicial dos navios das Marinhas da coalizão no Golfo Pérsico, no início da operação, está apresentada na FIG. 6) contra instalações iraquianas, contribuindo para a neutralização daquelas instalações (<https://www.history.navy.mil/content/history/nhrc/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/the-united-states-navy-and-the-persian-gulf.html>).

62 A defesa aeroespacial compreende o conjunto de ações, operações e medidas de toda ordem destinadas a assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo interior e exterior, impedindo seu uso para a prática de atos hostis ou contrários aos objetivos nacionais (MD, 2015, p. 84).

63 Um PD representa uma condição sem a qual não se progride na operação. Pode ser relacionado a um local, evento-chave específico, sistema crítico ou função que permite aos comandantes obter uma vantagem relevante sobre o inimigo e influenciar decisivamente o resultado final da operação (MD, 2020, p. 210).

eletrônica⁶⁴ para apoiar as Operações de Ataque, bloqueando os radares iraquianos (MAROLDA, 2017), enquanto os P-3C realizaram amplo reconhecimento⁶⁵, apoiando as Operações de Ataque e as OIM. Além disso, o Controle de Área Marítima⁶⁶ (CAM) garantiu o uso gratuito das Linhas de Comunicação Marítimas⁶⁷ (LCM) para o desdobramento das forças da coalizão (DOD, 1992).

O controle dos mares também permitiu que os porta-aviões tirassem o máximo proveito do princípio da manobra⁶⁸, diversificando os eixos de ataque contra o Iraque – do Mar Vermelho, dos Estados do Conselho de Cooperação do Golfo⁶⁹ (CCG) e do Golfo Pérsico –, além de fornecer bases operacionais de aeronaves fora do alcance dos mísseis balísticos de curto alcance e das armas de defesa NBQRe iraquianas (DOD, 1992).

Estabelecer controle sobre o Golfo Pérsico também evitou que o Iraque realizasse ataques surpresa contra as costas dos Estados do CCG. Finalmente, garantir o CAM no Golfo era um pré-requisito essencial para qualquer OpAnf contra o flanco esquerdo iraquiano no Kuwait. Embora nunca tenha ocorrido um assalto anfíbio, a sua ameaça induziu os iraquianos a fortificarem a costa, desviando mão-de-obra e material de auxílio da área do verdadeiro ataque da coalizão (DOD, 1992).

Enquanto as forças navais aliadas continuavam as OIM, a USN, a *Royal Navy*, a Marinha do Kuwait e a Força Naval Real Saudita destruíram a Marinha do Iraque. Para

64 São aquelas que visam a explorar as emissões do oponente, em toda a faixa do espectro eletromagnético, com a finalidade de conhecer sua ordem de batalha eletrônica, intenções e capacidades, e, também, utilizar medidas adequadas para negar o uso efetivo dos seus sistemas, enquanto se protege e utiliza, com eficácia, os próprios sistemas (BRASIL, 2017, p. 3-24).

65 A Operação de Reconhecimento é uma modalidade da operação de esclarecimento cujo propósito é obter informações referentes às atividades e aos meios do inimigo, ou ainda coletar dados meteorológicos, hidroceanográficos, geográficos, eletromagnéticos entre outros, atinentes à área provável de operações (BRASIL, 2017, p. A-28).

66 Efeito desejado decorrente da tarefa básica do Poder Naval que visa a que nossas forças garantam certo grau de utilização, ainda que temporário, de uma área marítima limitada, fixa ou móvel, e, quando apropriado, neguem ou limitem o uso dessa área pelo oponente (BRASIL, 2017, p. A-9).

67 Designa uma linha de movimento marítima, existente entre dois ou mais pontos sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil, são transportados (MD, 2015, p. 156).

68 Princípio que se caracteriza pela capacidade de movimentar forças de forma eficaz e rápida de uma posição para outra, contribuindo para obter superioridade, aproveitar o êxito alcançado e preservar a liberdade de ação, bem como para reduzir as próprias vulnerabilidades (BRASIL, 2017, p. 2-7).

69 Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Arábia Saudita, Omã e Catar (<https://www.gcc-sg.org/en-us/AboutGCC/MemberStates/pages/Home.aspx>).

minimizar as baixas, a destruição da ameaça de superfície iraquiana foi considerada um pré-requisito para mover o GT do porta-aviões no Golfo mais ao norte, a fim de reduzir a distância para os alvos em terra e se preparar para a OpAnf (DOD, 1992).

Sua destruição era também necessária para que os navios caça-minas dos EUA e do Reino Unido (RU) tivessem acesso às águas inimigas para limpeza dos campos minados. Outros alvos de alta prioridade incluíam baterias de mísseis de cruzeiro antinavio *Silkworm*, mísseis superfície-ar e aeronaves capazes de lançar mísseis ar-superfície (DOD, 1992).

Como o Iraque não tinha submarinos, não havia esta ameaça para as forças navais ou navios mercantes da coalizão. No entanto, os submarinos de ataque com propulsão nuclear da USN desempenharam um papel importante nas Operações de Ataque e conduziram uma variedade de missões de apoio às Operações *Desert Shield* e *Desert Storm* (DOD, 1992), como, por exemplo, as Operações de Reconhecimento (EUA, 1991).

3.2.2 O AFN e o emprego de aeronaves remotamente pilotadas (ARP)

Além de desempenhar um papel importante no lançamento de mísseis *Tomahawk* contra o Iraque, os navios *USS Wisconsin* e *USS Missouri* contribuíram com o poder de fogo de canhões de dezesseis polegadas contra as tropas iraquianas posicionadas ao longo da costa do Kuwait. Até o início da ofensiva terrestre, as missões de AFN focavam mais em instalações de C2, de radares e de sistemas de guerra eletrônica. Na sequência, o foco mudou para posições de artilharia, baterias de morteiros, instalações de armazenamento de munição e bases de apoio logístico (DOD, 1992).

Com relação ao emprego das ARP, os navios fizeram uso extensivo desses meios para seleção de alvos, localização e avaliação dos danos, aumentando sua flexibilidade para prover AFN, uma vez que permitiu a cada navio receber aquisição de alvos em tempo real e avaliação de danos, sem depender de localização externa e recursos de inteligência. Além do

apoio às missões de AFN, as ARP também foram usadas para coletar dados de inteligência, quando as condições climáticas impediam o reconhecimento por aeronaves (DOD, 1992).

3.2.3 As OpAnf

Embora uma grande OpAnf não tenha acontecido, a ForTarAnf desempenhou um papel crucial no sucesso geral da Operação *Desert Storm*, ao fixar um grande número de tropas iraquianas perto da costa do Kuwait, evitando o seu emprego em operações no interior. Em meados de novembro, ela conduziu um exercício amplamente divulgado ao longo da costa leste da Arábia Saudita. Esta operação foi a primeira de uma série para enganar o comando iraquiano quanto à direção do ataque terrestre da coalizão (DOD, 1992).

Os planos finais para o que ficou conhecido como Operação *Desert Sabre*⁷⁰ exigiam que a ForTarAnf conduzisse um assalto anfíbio ao norte de Ash Shuaybah e estabelecesse a ForDbq⁷¹ em terra. Havia vários problemas que precisavam ser resolvidos, como a dificuldade para definição de uma AOA, dada a proximidade esperada de qualquer desembarque com o avanço das forças terrestres da coalizão; questões de coordenação do espaço aéreo; e procedimentos de ligação em uma ofensiva terrestre de movimento rápido⁷². A principal preocupação da ForTarAnf era integrar seus planos à campanha aeroespacial e garantir que o processo de seleção de alvos do Comando do Componente Aéreo das Forças Conjuntas (CCAFC) levasse em consideração suas necessidades (DOD, 1992).

Uma opção considerada tanto para um possível ataque quanto para uma incursão

70 A Operação *Desert Sabre* foi uma grande ofensiva terrestre aliada lançada do nordeste da Arábia Saudita para o Kuwait e para o sul do Iraque em 24 de fevereiro de 1991 e, em três dias, as forças árabes e dos EUA retomaram a cidade do Kuwait (<https://www.britannica.com/event/Persian-Gulf-War>).

71 Força organizada por tarefas, constituída de Grupos Operativos de Fuzileiros Navais destinados à realização de uma OpAnf (BRASIL, 2017, p. A-13).

72 Outro obstáculo para o assalto foi uma planta de gás natural líquido perto do complexo portuário, pois o seu potencial explosivo representava um perigo para a ForDbq. Os danos que a destruição da usina poderia causar à infraestrutura do Kuwait fez com que esta fosse colocada na lista de alvos proibidos de ataque. Além disso, diversos prédios perto da orla marítima forneciam aos iraquianos excelentes posições defensivas para se oporem ao desembarque. Eles também não estavam na lista de alvos aprovados (DOD, 1992, p. 296).

era um ataque além do horizonte⁷³ (*Over The Horizon* – OTH). Com os navios da ForTarAnf permanecendo afastados da costa para evitar a detecção, o engajamento das defesas iraquianas e a ameaça de minas, uma ForDbq menor poderia ser colocada em terra. Um assalto anfíbio OTH com os ativos disponíveis tinha riscos, mas foi considerado viável (DOD, 1992).

No final de janeiro de 1991, foi conduzido o Exercício *Sea Soldier IV* em Omã, o qual foi novamente amplamente divulgado. Ao seu término, a FNC apontou a possibilidade de danos colaterais ao território kuwaitiano, em decorrência do AFN e dos ataques aéreos contra a praia altamente fortificada durante as Operações de CMM e o desembarque (DOD, 1992).

A destruição em massa da infraestrutura do Kuwait, que poderia resultar das operações pré-ataque necessárias, e os riscos evidentes para a ForDbq influenciaram na decisão de que não seria realizado o assalto anfíbio, mas o ComForTarAnf foi instruído a se preparar para um possível assalto a Ash Shuaybah, se a ofensiva terrestre assim exigisse. Usando o conceito OTH, foi planejado um assalto menor, que poderia ter sido realizado em curto prazo, se necessário. No final, os sucessos do plano de engano do TO e a campanha terrestre relativamente curta tornaram desnecessário um assalto anfíbio (DOD, 1992).

3.3 Conclusões parciais

A USN e o USMC forneceram diversas contribuições no decorrer das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*. Em primeiro lugar, o fato de a USN já se encontrar nas proximidades do Oriente Médio por ocasião da invasão iraquiana ao Kuwait, por meio de seus navios da Força-Tarefa Conjunta do Oriente Médio, garantiu que as forças da coalizão fossem capazes de operar de forma independente de bases operacionais localizadas em terra. Segundo, o CAM realizado pela força naval possibilitou o fornecimento do suprimento de personal e material necessário para a ação das tropas terrestres da coalizão dentro do território

⁷³ O conceito envolve o lançamento de ondas de assalto de superfície a longas distâncias da praia. Um assalto OTH requer helicópteros de longo alcance e embarcações de assalto capazes de operações em oceano aberto, ambos os quais a ForTarAnf tinha, mas em número limitado (DOD, 1992, p. 298).

iraquiano.

Outro fator contribuinte foi que a ação de presença daquela força naval sinalizou aos iraquianos a sua determinação em efetivamente retirar as suas tropas do Kuwait. Em quarto lugar, as Operações de Bloqueio interromperam o comércio marítimo iraquiano, impossibilitando sua capacidade de abastecimento e de reposição de sobressalentes necessários ao esforço de guerra. Quinto, em que pese a falha em evitar a minagem iraquiana no norte do Golfo Pérsico, a presença dos navios de guerra da coalizão contribuíram para evitar que a Marinha inimiga realizasse a minagem no sul daquela região.

Outra contribuição diz respeito às ações aeronavais, que incrementaram a capacidade combatente da Força Aérea da coalizão, durante a primeira fase da *Desert Storm*. Em sétimo lugar, o lançamento dos mísseis *Tomahawk*, pelos navios e submarinos da USN, destruíram diversos alvos estratégicos, bem como reduziram significativamente as defesas iraquianas.

Por fim, a ameaça da execução de um assalto anfíbio de grandes proporções obrigou que Saddam reforçasse a defesa da costa kuwaitiana, reduzindo a capacidade combatente de suas tropas em outras frentes, sendo este um fator determinante para a derrota do Exército iraquiano.

Face ao exposto, tais contribuições tiveram um papel fundamental para que as forças da coalizão expulsassem as tropas iraquianas do Kuwait, com um reduzido número de baixas de meios e pessoal. Sem esses apoios, certamente Saddam Hussein seria capaz de aumentar ainda mais suas defesas, valendo-se da reposição logística necessária para a manutenção do seu esforço de guerra, o que poderia prolongar muito a duração do conflito e aumentar consideravelmente o desgaste da coalizão diante da opinião pública internacional.

4 A CONTRIBUIÇÃO DA USN E DO USMC PARA O RESULTADO DA GUERRA À LUZ DA PRÉ TEORIA DA VITÓRIA

Após a análise, no capítulo 2, dos conceitos da pré teoria da vitória e, no seguinte, da participação da USN e do USMC nas Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*, passaremos a correlacionar, no presente capítulo, as ações no nível operacional realizadas por ambas as forças com os conceitos daquela teoria, com o propósito de identificar as suas contribuições para o resultado final da Guerra do Golfo e fornecer subsídios para a validação ou não da hipótese desta pesquisa, qual seja, de que foi obtida uma grande vitória estratégica pelas forças da coalizão ao término da Guerra do Golfo.

Para tal, dividiremos o capítulo em quatro seções. Na primeira, abordaremos os resultados alcançados dentro de cada nível da mudança no *status quo*. Na segunda, descreveremos as contribuições fornecidas relacionadas à mobilização para a guerra. Na terceira, identificaremos o nível da vitória alcançado. E, finalmente, na quarta seção, faremos as conclusões parciais.

Considerando-se que não ocorreu a ocupação do território iraquiano ao término do conflito, bem como Saddam permaneceu como a sua liderança política (MARTEL, 2007), no presente capítulo não serão feitas correlações entre as ações no nível operacional da USN e do USMC com as obrigações pós-conflito.

4.1 A mudança no *status quo*

Conforme apresentado no capítulo 2, existem três níveis na escala de mudança no *status quo*. No seu nível inferior, o Estado usa a força para objetivos limitados, podendo aumentá-la até o ponto em que seja capaz de derrotar a capacidade militar do inimigo de conduzir a guerra. Já no intermediário, a mudança ocorre quando se emprega a força para transformar os fundamentos do país que contribuem para o seu poder e legitimidade. Por fim,

no nível avançado ocorre a ocupação do Estado derrotado e a alteração do regime vigente.

Ao iniciarmos a correlação entre as ações no nível operacional da USN e do USMC com a mudança no *status quo*, é importante ressaltarmos que, por ocasião da invasão iraquiana ao Kuwait, apenas três portos modernos estavam disponíveis⁷⁴. Se tivessem sido fechados pelas tropas de Saddam, o ritmo de desembarque do material necessário para as tropas da coalizão em terra teria estagnado, comprometendo a capacidade de suprir as tropas terrestres (FRIEDMAN, 2011).

Portanto, no que tange à capacidade de desembarque de material pela via portuária, ao manterem o fluxo logístico necessário para o esforço de guerra, a coalizão empregou a força para um objetivo limitado, qual seja, o apoio às suas unidades terrestres, que era uma das metas da FNC. Como não houve uma transformação nos fundamentos institucionais, constitucionais ou econômicos do Iraque, podemos identificar uma correlação direta com o nível inferior da escala de mudança no *status quo*.

No que se refere às Operações de CMM, sua correspondência com a mudança no *status quo* está relacionada à segurança proporcionada para que os navios da coalizão conseguissem se aproximar dos portos de interesse para o apoio logístico, bem como para o desembarque das tropas. Desse modo, influenciaram para uma mudança limitada naquele conceito da pré teoria da vitória, ao possibilitarem que as unidades terrestres recebessem o suporte necessário para que fossem capazes de derrotar as tropas de Saddam Hussein.

Com relação ao CAM, este garantiu o uso irrestrito das LCM para o desdobramento das forças da coalizão. Uma vez obtida esta liberdade de ação, foi possível a manutenção do suprimento de equipamentos vitais para apoiar o esforço de guerra, o que pode ser considerado outro PD identificado por ocasião do planejamento das forças aliadas, além da imposição do bloqueio ao Iraque (DOD, 1992). Tais considerações podem ser relacionadas

74 Al-Jubayl e Ad-Dammam, ambos na Arábia Saudita, e Bahrein (<https://www.defensemianetwork.com/stories/gulf-war-the-war-at-sea/>).

com a mudança no *status quo*, no nível inferior da escala, por dois motivos. Primeiro, porque a garantia do esforço de guerra contribuiu para a derrota do Exército iraquiano ao término da confronto. E, segundo, porque o bloqueio contribuiu para o corte das linhas de suprimento iraquianas, que era um dos objetivos comuns a todas as fases da Operação *Desert Storm*.

No que tange às Operações de Ataque, os submarinos com propulsão nuclear da USN desempenharam um papel importante durante a Operação *Desert Storm*, ao lançarem mísseis *Tomahawk* contra alvos estratégicos localizados em terra. Como consequência, estes ataques bem-sucedidos possuem relação com a mudança no *status quo*, em sua escala inferior, uma vez que houve emprego da força para atingir determinados objetivos limitados, quais sejam, o C2, as capacidades NBQRe e a superioridade aeroespacial, sem que ocorressem, todavia, mudanças políticas, econômicas ou militares no sistema internacional. Esses ataques impactavam diretamente os três CG iraquianos: o C2, as instalações NBQRe e a Guarda Republicana.

4.2 A mobilização para a guerra

Conforme apresentado no capítulo teórico, existem três níveis na escala de mobilização para a guerra. O inferior é estritamente militar, envolvendo o emprego conjunto das Forças Armadas, bem como os estoques existentes de equipamentos. O intermediário engloba, ainda, o apoio da opinião pública interna. Já no nível avançado, há o grau máximo de mobilização para o conflito, incluindo o apoio da opinião pública internacional.

Dentro deste conceito, analisaremos novamente o desembarque de material pela via portuária. Sendo a escala de mobilização influenciada pelos recursos que são gastos na manutenção da capacidade militar do Estado, os altos investimentos na indústria de defesa norte-americana contribuíram para que fosse possível alcançar-se uma significativa mobilização para o conflito no Golfo. Uma vez que houve o emprego conjunto das Forças

Armadas e o apoio tanto da opinião pública interna quanto da internacional, podemos correlacionar o desembarque de material pelos portos com o nível mais avançado de mobilização para a guerra.

A importância do transporte marítimo estratégico para o desdobramento das forças do Exército também se enquadra no conceito de mobilização para a guerra, em sua escala mais avançada, pois envolveu o grau máximo de mobilização para o conflito, respaldado tanto pela opinião pública interna nos EUA quanto pela internacional. Sem esse amplo envolvimento, o conflito provavelmente tornar-se-ia mais prolongado, havendo possibilidade de perda do apoio da opinião pública⁷⁵, impactando na própria mobilização das forças para a região do Golfo Pérsico.

Com relação às OIM, uma grande preocupação da coalizão estava relacionada ao uso desproporcional da força, que poderia ser utilizado pela mídia iraquiana para reverter o apoio internacional ao embargo imposto pelo CSNU. Tal questão poderia impactar diretamente no elevado nível de mobilização para a guerra alcançado, reduzindo a capacidade militar da coalizão, em caso de eventuais desistências por parte de alguns de seus participantes.

Outra questão importante relacionada ao embargo do CSNU diz respeito ao fato de permitir que a coalizão pudesse dar uma resposta inicial à Saddam Hussein, antes que tivesse forças suficientes para expulsá-lo do Kuwait. Se a aliança não tivesse tomado ações no período entre a invasão do Kuwait e o início da Operação *Desert Storm*, haveria uma grande pressão para que se contentasse com uma negociação, a qual provavelmente seria favorável aos iraquianos. Ao fornecer um meio de pressionar Saddam, o embargo possibilitou que a coalizão, ainda em desenvolvimento, tivesse o tempo necessário para formar alianças e o consenso para uma ação militar (FRIEDMAN, 2011).

75 No início de janeiro de 1991, em uma pesquisa realizada pelo Washington Post, 66% dos norte-americanos aprovaram a forma como o Presidente Bush lidou com a crise do Golfo e 65% acreditavam que os EUA deveriam lutar, se necessário, para expulsar o Iraque do Kuwait (MARTEL, 2011, p. 238).

Portanto, as sanções impostas estiveram diretamente relacionadas com a mobilização para a guerra, no nível mais elevado, tendo em vista que envolveram o emprego conjunto das Forças Armadas, o apoio interno e o obtido junto à opinião pública internacional.

Continuando a análise, as Operações de CMM também contribuíram para a mobilização para a guerra. Primeiramente, ao permitirem o envio das tropas para o território ocupado pelo inimigo, fundamental para a campanha terrestre que ocorreria posteriormente durante a Operação *Desert Storm*. Segundo, possibilitaram, por meio da preservação de meios e vidas, a manutenção do elevado apoio obtido junto à opinião pública internacional. Portanto, tiveram uma participação direta na mobilização para a guerra, em sua escala máxima, ao contribuírem para o sucesso no emprego conjunto das Forças Armadas e garantirem o apoio do opinião pública internacional.

Outra questão importante diz respeito ao CAM ter evitado que o Iraque montasse ataques surpresa em pequena escala contra as costas da Arábia Saudita, EAU, Catar, Bahrein e Omã (DOD, 1992). Tal fato também contribuiu para a mobilização para a guerra, uma vez que impediu a perda de vidas de militares da coalizão, que poderiam impactar no apoio da opinião pública internacional para a continuidade das ações.

Os norte-americanos possuíam uma grande preocupação com os mísseis *Scuds*⁷⁶, por meio dos quais Saddam Hussein tinha a capacidade de atacar Israel e ameaçar a coalizão (COHEN et al., 1993). Desse modo, as Operações de Ataque dos navios de guerra da USN e as ações aeronavais contra as bases de lançamento daqueles mísseis foram fundamentais para a manutenção da coesão da aliança entre os Estados participantes da operação, contribuindo para o conceito de mobilização para a guerra, em seu nível mais elevado.

Para que as baixas fossem reduzidas ao mínimo, a destruição da ameaça de

76 O *Scud* é um míssil superfície-superfície de origem soviética, com diversas variações. O modelo empregado pelo Iraque foi o *Scud B*, cujo alcance máximo era de 300 km (MDP, 2020a).

superfície iraquiana foi considerada um pré-requisito para mover o GT do porta-aviões no Golfo mais ao norte, a fim de reduzir a distância para os alvos em terra e se preparar para a OpAnf. Tal preocupação relaciona-se com a mobilização para a guerra, em sua escala mais avançada, por dois motivos. Primeiro, tendo em vista que eventuais perdas de meios e, conseqüentemente, de vidas, poderiam minar o apoio público internacional para o prosseguimento da operação. Segundo, por contribuir para diminuir a resistência em terra e possibilitar a condução de uma OpAnf, favorecendo o emprego conjunto das Forças Armadas dentro do TO.

Com relação ao emprego das ARP, além do apoio direto às missões de AFN, elas também foram empregadas para coletar inteligência quando as condições climáticas impediam o reconhecimento por aeronaves. Podemos identificar, portanto, uma relação com a mobilização para a guerra em sua escala mais avançada, no que tange à redução significativa da possibilidade de perda de vidas, uma vez que não empregavam pilotos em áreas críticas, o que contribuiu para garantir a manutenção do apoio da opinião pública internacional.

4.3 O nível da vitória

Conforme apresentado no capítulo 2, existem três graduações na escala do nível da vitória. A inferior representa a tática, que descreve, em termos limitados, o resultado entre forças militares opostas no campo de batalha, com efeitos que têm conseqüências de curto prazo. A intermediária engloba a vitória estratégica, que é aquela na qual o Estado alcança um série de sucessos na guerra baseados em um número suficiente de vitórias táticas. Ela abrange desde a conquista do território e derrota do Exército adversário até o sucesso em uma guerra limitada, obrigando que haja mudanças nas políticas da nação derrotada.

Uma explicação mais ampla da vitória estratégica enfatiza que o uso da força permite que os formuladores de políticas sinalizem sua determinação ou avisem um

adversário de que novas ações podem envolver riscos políticos significativos. Já no nível avançado, existe a grande vitória estratégica, alcançada quando uma guerra cria um resultado favorável, de tal magnitude, que leva a um profundo reordenamento da conjuntura política internacional.

Iniciando a análise do nível da vitória, a destruição da Marinha do Iraque, das suas baterias de mísseis de cruzeiro antinavio *Silkworm*, dos seus mísseis superfície-ar e aeronaves capazes de lançar mísseis ar-superfície garantiu uma série de vantagens para a coalizão. Primeiro, possibilitou um CAM irrestrito. Segundo, permitiu uma maior aproximação de seus navios da costa para a condução dos engajamentos. Terceiro, contribuiu para que as Operações de CMM fossem conduzidas sem oposição de superfície. Garantiu, portanto, uma vitória tática no ambiente marítimo, por meio de resultados favoráveis com efeitos que tiveram consequências de curto prazo.

No que tange à capacidade de desembarque de material pela via portuária, o apoio logístico decorrente possibilitou que as forças da coalizão pudessem alcançar a vitória contra o Exército iraquiano, sem que, no entanto, ocorresse uma mudança significativa que pudesse caracterizar uma grande vitória estratégica. Desse modo, identificamos uma correlação direta com o triunfo estratégico, pois abrangeu um resultado favorável em uma guerra limitada.

Já o embargo funcionou como um teste para saber se a pressão exercida pela coalizão poderia expulsar as tropas iraquianas do Kuwait. Foi constatado, porém, que a diplomacia não foi suficiente para solucionar a questão, sendo necessário o emprego da força (FRIEDMAN, 2011). Portanto, as sanções impostas estiveram diretamente relacionadas para a obtenção de uma vitória estratégica, uma vez que sinalizaram a determinação da coalizão de que novas ações por parte dos iraquianos envolveriam riscos políticos significativos.

Com relação às Operações de CMM, em que pese o fracasso das forças da coalizão em impedir a minagem do norte do Golfo, o que acarretou em avarias em dois dos

seus navios⁷⁷, elas contribuíram para que fosse alcançada uma vitória estratégica, tendo em vista o apoio fornecido a um eventual assalto anfíbio que se fizesse necessário. Embora não tenha ocorrido, tal ameaça foi fundamental para que o Iraque deslocasse parcela significativa de suas tropas para proteção da costa kuwaitiana, reduzindo sua capacidade de combate na área na qual a coalizão efetivamente empregou suas tropas terrestres.

Foram também fundamentais para possibilitar o desembarque de tropas, materiais e suprimentos necessários ao esforço de guerra do Exército da coalizão nos portos sob seu controle. Sem o apoio das Operações de CMM, as perdas de meios e vidas seriam, provavelmente, de grandes proporções, as quais poderiam inviabilizar a continuidade do apoio logístico, além de ocasionar uma repercussão negativa junto à opinião pública internacional. Desse modo, contribuíram, nesse aspecto, para a vitória estratégica obtida contra o Exército iraquiano, uma vez que o suporte logístico possibilitou a continuidade do emprego da força para a destruição dos objetivos militares.

Ao garantir o uso irrestrito das LCM para o desdobramento das forças da coalizão, o CAM possibilitou a manutenção do suprimento de equipamentos vitais para o esforço de guerra dos aliados. Essa garantia pode ser relacionada com a vitória estratégica, por dois motivos. Primeiro, por contribuir para a derrota do Exército iraquiano na guerra. E, segundo, por sinalizar a determinação da coalizão em tomar as medidas que fossem necessárias para expulsar as tropas iraquianas do Kuwait.

O CAM permitiu, ainda, que os GT dos porta-aviões tirassem o máximo proveito de sua mobilidade, tornando possível diversificar os eixos de ataque contra o Iraque, além de fornecer bases operacionais de aeronaves fora do alcance dos seus mísseis balísticos de curto alcance e das suas armas de defesa NBQRe (DOD, 1992). Desse modo, contribuiu diretamente para as Operações de Ataque, proporcionando uma vitória no nível estratégico, decorrente da liberdade de emprego da aviação naval embarcada, que juntamente com as

⁷⁷ *USS Tripoli e USS Princeton* (MARTEL, 2011, p. 244)

aeronaves da USAF, garantiram a superioridade aeroespacial no TO, fundamental para a vitória obtida ao término da guerra.

Finalmente, estabelecer o CAM no Golfo era um pré-requisito essencial para qualquer OpAnf contra o flanco esquerdo iraquiano no Kuwait (DOD, 1992). A ameaça da ocorrência de um assalto anfíbio obrigou que o Iraque dividisse suas forças, tendo consequência direta na vitória estratégica obtida pela coalizão. Se não houvesse tal possibilidade, Saddam poderia concentrar suas tropas no interior do Kuwait, o que provavelmente exigiria um esforço adicional por parte dos aliados.

Por ocasião do início da Operação *Desert Storm*, o lançamento dos mísseis *Tomahawk* pelos navios de guerra no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, visando às instalações de energia e locais de comunicações militares, contribuíram para degradar a capacidade de C2 iraquiana e destruir suas instalações de armas NBQRe, que eram dois CG identificados pelos planejadores da coalizão.

Paralelamente, helicópteros atacaram radares da rede integrada de defesa aeroespacial iraquiana, contribuindo para que a operação obtivesse a superioridade aeroespacial dentro do TO. Ressaltemos, nesse contexto, as ações de GE realizadas pelas aeronaves EP-3 e EA-6B em apoio às Operações de Ataque, bloqueando os radares iraquianos.

Do mesmo modo que o lançamento dos mísseis *Tomahawk*, esses ataques também estão relacionados à vitória estratégica, pois contribuíram para a derrota do Exército iraquiano na Guerra do Golfo, dentro do contexto de uma guerra limitada, com ação direta sobre os CG das forças de Saddam Hussein.

Finalizando a abordagem sobre as Operações de Ataque, os submarinos com propulsão nuclear da USN desempenharam um papel importante durante a Operação *Desert Storm*, ao lançarem mísseis *Tomahawk* contra alvos estratégicos localizados em terra. Como

consequência, estes ataques bem-sucedidos possuem relação com a vitória estratégica, pois houve, na ocasião, o emprego da força para a destruição de diversos objetivos militares, como a estrutura de C2 e as instalações de armas NBQRe.

Embora uma grande OpAnf não tenha sido conduzida, a ameaça de um assalto anfíbio (FIG. 7) obrigou que Saddam Hussein mantivesse um grande número de tropas iraquianas perto da costa do Kuwait, evitando o seu emprego em operações no interior. Assim, a possibilidade de um assalto relacionou-se diretamente com a vitória estratégica, pois contribuiu para a derrota do Exército iraquiano, impossibilitado de empregar o princípio da concentração para obter uma vantagem perante às tropas da coalizão.

Com relação ao AFN, o poder de fogo dos canhões de dezesseis polegadas dos navios de guerra da USN, em apoio às forças terrestres da coalizão, contra as instalações de C2, de radares e de sistemas de GE, posições de artilharia, baterias de morteiros, instalações de armazenamento de munição e bases de apoio logístico, contribuíram para a vitória estratégica, ao impactarem diretamente sobre os CG iraquianos, reduzindo significativamente sua capacidade militar. Além disso, a coalizão sinalizava sua determinação em seguir adiante com as ações necessárias para a retirada das tropas de Saddam do Kuwait.

Finalmente, o emprego das ARP, além do apoio direto às missões de AFN, possibilitou a coleta de inteligência quando as condições climáticas impediam o reconhecimento por aeronaves. Podemos identificar, portanto, uma relação com a vitória estratégica, ao contribuir para a reconquista do território kuwaitiano e a derrota do Exército iraquiano ao término da Guerra do Golfo.

4.4 Conclusões parciais

Ao correlacionarmos os conceitos da pré teoria da vitória com as ações realizadas pela USN e pelo USMC, sob a ótica de suas contribuições para o resultado final da Guerra do

Golfo, foi possível identificar diversas abordagens com cada um dos conceitos.

No que se refere à mudança no *status quo*, houve contribuições somente no nível inferior da escala, dentre as quais podemos citar a capacidade de desembarque de material pela via portuária, a obtenção do CAM, as Operações de CMM e de Ataque, que possibilitaram o emprego da força para atingir determinados objetivos limitados, como, por exemplo, a estrutura de C2, as capacidades NBQRe e a superioridade aeroespacial. Em contrapartida, não houve uma contribuição para a mudança no *status quo* nos níveis intermediário e avançado da escala, tendo em vista que o Iraque não foi ocupado e não houve alteração do regime vigente.

No que tange à mobilização para a guerra, houve diversas contribuições em sua escala avançada. A primeira foi obtida por meio da capacidade de desembarque de material pela via portuária, influenciada pelos altos investimentos na indústria de defesa norte-americana, que possibilitaram uma significativa mobilização para o conflito no Golfo. A segunda foi o transporte marítimo estratégico para o desdobramento das forças do Exército, sem o qual o prolongamento da guerra provavelmente impactaria no apoio obtido junto à opinião pública.

Ainda neste último nível do espectro, temos a importância do CAM em evitar os ataques surpresas do Iraque; o emprego das ARP; a preocupação em destruir a força de superfície iraquiana, de modo que as baixas fossem reduzidas ao mínimo, garantindo a manutenção do apoio da opinião pública internacional; e, por fim, as Operações de CMM, que possibilitaram o envio das tropas para o território ocupado pelo inimigo.

Com relação ao nível da vitória, houve contribuições tanto para a tática quanto para a estratégica. No que se refere à primeira, a destruição da Marinha do Iraque possibilitou que a coalizão obtivesse um CAM irrestrito, exercendo um papel decisivo para a vitória tática no ambiente marítimo. Além disso, o poder de fogo dos navios da USN, por ocasião do início

da *Desert Storm*, contra as linhas de defesa de costa dos iraquianos, também contribuiu para o resultado alcançado naquele nível.

Com relação à vitória estratégica, houve uma série de fatores que contribuíram decisivamente para que ela fosse alcançada. Dentre esses, podemos citar a capacidade de desembarque de material pela via portuária; a imposição do embargo do CSNU; as Operações de CMM, que forneceram apoio a um eventual assalto anfíbio e possibilitaram o desembarque de tropas, materiais e suprimentos necessários ao esforço de guerra do Exército da coalizão nos portos sob seu controle; a obtenção do CAM; as Operações de Ataque; o AFN; e o emprego das ARP.

Em contrapartida, sob a ótica da grande vitória estratégica, não houve contribuição por parte da USN e do USMC, tendo em vista que a decisão política do Presidente Bush determinou a retirada das tropas após a expulsão das tropas iraquianas do território kuwaitiano. Portanto, não houve um profundo reordenamento da conjuntura política internacional que possibilitasse a obtenção de uma grande vitória estratégica.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos identificar a contribuição da USN e do USMC para o resultado final da Guerra do Golfo, à luz da pré teoria da vitória. Inicialmente, esta foi identificada como uma ferramenta útil para que os formuladores de políticas e planejadores da defesa compreendam as condições políticas, militares, tecnológicas e econômicas consistentes com a vitória.

Posteriormente, identificamos e analisamos as diversas ações da USN e do USMC no decorrer das Operações *Desert Shield* e *Desert Storm*. Em primeiro lugar, o fato de a USN já se encontrar nas proximidades do Oriente Médio, por ocasião da invasão iraquiana ao Kuwait, garantiu que as forças da coalizão fossem capazes de operar de forma independente de bases operacionais localizadas em terra. Segundo, o CAM realizado pela força naval possibilitou o fornecimento do suprimento de pessoal e material necessário para a ação das tropas terrestres da coalizão dentro do território kuwaitiano.

Outro fator contribuinte foi que a ação de presença daquela força naval sinalizou aos iraquianos a sua determinação em efetivamente retirar as suas tropas do Kuwait. Em quarto lugar, as Operações de Bloqueio interromperam o comércio marítimo iraquiano, impossibilitando sua capacidade de abastecimento e de reposição de sobressalentes necessários ao esforço de guerra. Quinto, a presença dos navios de guerra da coalizão contribuíram para evitar que a Marinha inimiga realizasse a minagem no sul daquela região.

Outra questão diz respeito às ações aeronavais, que incrementaram a capacidade combatente da Força Aérea da coalizão, durante a primeira fase da *Desert Storm*. Em sétimo lugar, o lançamento dos mísseis *Tomahawk*, pelos navios e submarinos da USN, destruíram diversos alvos estratégicos, bem como reduziram as defesas aéreas iraquianas. Por fim, a ameaça da execução de um assalto anfíbio de grandes proporções obrigou que Saddam reforçasse a defesa da costa kuwaitiana, reduzindo a capacidade combatente de suas tropas em

outras frentes.

Tais contribuições tiveram um papel fundamental para que as forças da coalizão expulsassem as tropas iraquianas do Kuwait, com um reduzido número de baixas de meios e pessoal. Sem esses apoios, certamente Saddam seria capaz de aumentar suas defesas, o que prolongaria muito a duração do conflito e aumentaria, consideravelmente, o desgaste da coalizão diante da opinião pública internacional.

Após a identificação e análise das ações da USN e do USMC, fizemos a correlação entre estas e os conceitos da pré teoria da vitória, a fim de identificar suas contribuições para o resultado final da guerra. A partir dessa confrontação, foi possível identificar as seguintes conclusões relacionados a cada um dos conceitos, exceto as obrigações pós-conflito, tendo em vista a retirada imediata das tropas da coalizão após a vitória sobre o Iraque.

No que se refere à mudança no *status quo*, a capacidade de desembarque de material pela via portuária, a obtenção do CAM e as Operações de CMM contribuíram para uma pequena mudança na situação vigente ao início das hostilidades. Tal consideração justifica-se uma vez que possibilitaram o emprego da força para objetivos limitados, sem que houvesse, todavia, a transformação dos fundamentos institucionais, constitucionais ou econômicos do Estado iraquiano, os quais contribuía para o seu poder e legitimidade.

No que tange à mobilização para a guerra, houve contribuições na escala avançada, por meio de diversos fatores. Primeiro, pela capacidade de desembarque de material pela via portuária, por envolver o envio de tropas para invasão do território inimigo. Segundo, a importância do CAM em evitar os ataques surpresas do Iraque. Terceiro, o emprego das ARP, responsáveis pela redução de perdas de vidas, fundamentais para a manutenção do apoio da opinião pública.

Continuando, em quarto lugar, a preocupação em destruir a força de superfície

iraquiana, de modo que as baixas fossem reduzidas ao mínimo. Quinto, as Operações de CMM, que possibilitaram o envio das tropas para o território ocupado pelo inimigo. E, por fim, o transporte marítimo estratégico para o desdobramento das forças do Exército, sem o qual o prolongamento da guerra provavelmente impactaria no apoio obtido junto à opinião pública.

Portanto, podemos concluir que a mobilização para a guerra foi alcançada em seu nível mais elevado, devido ao grau de participação dos Estados envolvidos, à elevada capacidade da indústria de defesa estadunidense e respaldados pelo apoio da opinião pública internacional.

Finalmente, com relação ao nível da vitória, a capacidade de desembarque de material pela via portuária; a imposição do embargo do CSNU; as Operações de CMM; a obtenção do CAM; as Operações de Ataque; o AFN; e o emprego das ARP se enquadram dentro do conceito da vitória estratégica, atuando diretamente sobre os CG iraquianos e contribuindo decisivamente para o resultado final da guerra.

Tal resultado foi alcançada por intermédio de uma série de vitórias táticas obtidas ao longo do conflito, as quais acarretaram na derrota do Exército iraquiano, sem que, entretanto, fossem capazes de levar a um profundo reordenamento da conjuntura política internacional, tendo em vista que não houve a ocupação do Iraque e, tampouco, a retirada de Saddam Hussein do seu governo.

Portanto, a hipótese do estudo, de que foi obtida uma grande vitória estratégica pelas forças da coalizão ao término da Guerra do Golfo, demonstrou-se inválida, uma vez que foi alcançada uma vitória estratégica, com reduzida quantidade de perda de vidas por parte das tropas da coalizão, seguida de uma rápida retirada, sem que houvesse possibilidade de desgaste junto à opinião pública. Não houve, desse modo, um profundo reordenamento da conjuntura política internacional que pudesse validar a hipótese deste trabalho.

Por fim, sugere-se como futura linha de pesquisa, as contribuições das Marinhas em outros confrontos, nos quais tenha ocorrido a ocupação territorial pelo Estado vencedor ao seu término, de modo que seja possível analisar as obrigações pós-conflito, identificando-se, dessa maneira, o nível de vitória alcançado.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEES JR, J. Boone. A Theory of Victory. In: BARTHOLOMEES JR, J. Boone. *Volume I: Theory of War and Strategy*. 4th ed. Carlisle, United States of America: Strategic Studies Institute, Jul. 2010. Chapter 6. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep12114.9?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em 21 abr. 2021.

COHEN, Eliot A. et al. *Gulf War Air Power Survey: Volume I – Planning and Command and Control*. Washington: Library of Congress, 1993. 731 p. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2010/Sep/27/2001329802/-1/-1/0/AFD-100927-062.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2021. Relatório.

DEPARTMENT OF DEFENSE. *Conduct of the Persian Gulf War: Final Report to Congress*. Arlington: [s.n.], 1992. 526 p. Disponível em: <<https://ntrl.ntis.gov/NTRL/dashboard/searchResults/titleDetail/ADA249270.xhtml>>. Acesso em 10 abr. 2021. Relatório.

ELLEMAN, Bruce A. (Ed.); PAINE, S. C. M. (Ed.). *Naval Coalition Warfare: From the Napoleonic War to Operation Iraqi Freedom*. New York: Routledge, 2008. 247 p.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Iraq*. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Iraq>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. DCA 1-1: Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. Brasília, 2020, 47 p.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

FRIEDMAN, Norman. Gulf War: Naval Lessons of the Gulf War. *Defense Media Network*. USA. 8 fev. 2011. Disponível em: <https://www.defensemmedianetwork.com/stories/gulf-war-naval-lessons-of-the-gulf-war/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FRIEDMAN, Norman. Gulf War: The War at Sea. *Defense Media Network*. USA. 17 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.defensemmedianetwork.com/stories/gulf-war-the-war-at-sea/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MARINHA DO BRASIL. EMA-305: Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017, 136 p.

MAROLDA, Edward J. The United States Navy and the Persian Gulf. *Naval History and Heritage Command*. USA. 23 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/the-united-states-navy-and-the-persian-gulf.html>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MAROLDA, Edward J.; SCHNELLER JR, Robert J. *Shield and Sword: The United States Navy and the Persian Gulf War*. [S.l.]: Military Bookshop, 2013, 538 p.

MARTEL, William C. *Victory in War: Foundations of Modern Military Policy*. New York: Cambridge University Press, 2007. 436 p.

MARTEL, William C. *Victory in War: Foundations of Modern Strategy*. New York: Cambridge University Press, 2011. 592 p.

MATTHEWS, James K.; HOLT, Cora J. *So Many, So Much, So Far, So Fast: United States Transportation Command and Strategic Deployment for Operation Desert Shield/Desert Storm*. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/History/Monographs/Transcom.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MCDONNELL, John P. *National Strategic Planning: Linking DIMEFIL/PMESII to a Theory of Victory*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências de Planejamento e Estratégia de Operações Conjuntas) – Faculty of the Joint Advanced Warfighting School, Joint Forces Staff College, Norfolk, 2009. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA530210>>. Acesso em 12 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas – 2º Volume. Brasília, 2020, 397 p.

MINISTÉRIO DA DEFESA. MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas. Brasília, 2015, 288 p.

MISSILE DEFENSE PROJECT (MDP). *SSI “Scud”*. Disponível em <<https://missilethreat.csis.org/missile/scud>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MISSILE DEFENSE PROJECT (MDP). *Tomahawk*. Disponível em <<https://missilethreat.csis.org/missile/tomahawk>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. *The United States Navy in “Desert Shiel”/“Desert Storm”*. [S.l.: s.n.], 15 mai. 1991. Disponível em:

<<https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/u/us-navy-in-desert-shield-desert-storm.html>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of Middle East Wars: The United States in the Persian Gulf, Afghanistan, and Iraq conflicts*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2010. 1.887 p.

UNITED STATES OF AMERICA. *National Security Directive*. N. 45 de 20 de agosto de 1990. Estabelece a Política dos EUA em resposta à invasão iraquiana do Kuwait. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd_45.htm>. Acesso em 10 mai. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. *Resolution*. N. 661, de 6 de agosto de 1990. Exorta todos os Estados a impedir a importação e exportação de todas as commodities e produtos de e para o Iraque e Kuwait, exceto suprimentos médicos e certas remessas humanitárias de alimentos. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/661\(1990\)](https://undocs.org/S/RES/661(1990))>. Acesso em 24 jul. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. *Resolution*. N. 665, de 25 de agosto de 1990. Exorta os Estados-Membros que estivessem enviando forças marítimas para a área a usarem medidas proporcionais às circunstâncias que fossem necessárias sob a autoridade do CSNU para interromper o transporte marítimo de ida e volta, a fim de inspecionar e verificar suas cargas e destinos e assegurar a implementação das disposições estabelecidas na resolução 661. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/665\(1990\)](https://undocs.org/S/RES/665(1990))>. Acesso em 24 jul. 2021.

GLOSSÁRIO

Ações Aéreas: Compreendem o conjunto de atos, manobras e procedimentos realizados pelas aeronaves adjudicadas a um Comando Operacional.

Ações Aeronavais: São aquelas realizadas por aeronaves do Poder Naval, quando operando desdobradas em terra ou no caso de ataque por aeronaves orgânicas contra objetivos em terra.

Ações de Guerra Eletrônica: São aquelas que visam a explorar as emissões do oponente, em toda a faixa do espectro eletromagnético, com a finalidade de conhecer sua ordem de batalha eletrônica, intenções e capacidades, e, também, utilizar medidas adequadas para negar o uso efetivo dos seus sistemas, enquanto se protege e utiliza, com eficácia, os próprios sistemas.

Apoio de Fogo: Ato ou efeito de fogo sobre determinados alvos ou objetivos, realizado por elemento, unidade ou força, para apoiar ou proteger outros elementos, unidade ou força.

Área do Objetivo Anfíbio: Área geográfica na qual o Comandante da Força-Tarefa Anfíbia tem autoridade para controlar todas as atividades das forças amigas caso afetem as operações a seu cargo.

Assalto Anfíbio: Modalidade mais completa de uma Operação Anfíbia, que se refere a um ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer uma Força de Desembarque em terra.

Centro de Gravidade: É uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate.

Controle de Área Marítima: Efeito desejado decorrente da tarefa básica do

Poder Naval que visa a que nossas forças garantam certo grau de utilização, ainda que temporário, de uma área marítima limitada, fixa ou móvel, e, quando apropriado, neguem ou limitem o uso dessa área pelo oponente.

Defesa Aeroespacial: Compreende o conjunto de ações, operações e medidas de toda ordem destinadas a assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo interior e exterior, impedindo seu uso para a prática de atos hostis ou contrários aos objetivos nacionais.

Demonstração Anfíbia: Compreende a aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma OpAnf, sem o efetivo desembarque de tropas.

Estado Final Desejado: Situação, política ou militar, favorável que deve ser alcançada quando a operação estiver finalizada.

Estratégia Militar: É a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político.

Força de Desembarque: Força organizada por tarefas, constituída de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais destinados à realização de uma Operação Anfíbia.

Força Naval Componente: Força Naval que forma parte de um Comando Operacional Conjunto, posta à disposição de seu Comandante para o cumprimento de uma determinada missão ou tarefa.

Força-Tarefa Anfíbia: Força organizada por tarefas, composta por uma Força Naval, compreendendo unidades navais, aeronavais e uma Força de Desembarque, criada para realizar uma Operação Anfíbia.

Linha de Comunicação Marítima: Designa uma linha de movimento marítima, existente entre dois ou mais pontos sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil, são transportados.

Objetivo Operacional: Meta para a qual concorrerão as ações, no nível operacional.

Operação Anfíbia: Operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas. Esta operação comporta geralmente as modalidades: assalto anfíbio, demonstração anfíbia, incursão anfíbia, projeção anfíbia e retirada anfíbia.

Operação de Ataque: Realizada por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais, em conjunto ou isoladamente, para executar uma ou mais das seguintes tarefas: destruir ou neutralizar forças navais, aéreas ou terrestres e meios empregados nas comunicações marítimas do inimigo; interditar comunicações terrestres; reduzir a resistência em terra; destruir ou danificar objetivos em terra e ao largo do litoral.

Operação de Bloqueio: Tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo.

Operação de Contramedidas de Minagem: Consiste na execução de ações ativas e passivas que visem a reduzir ou controlar a ameaça constituída pelas minas já lançadas pelo inimigo.

Operação de Defesa de Porto: Tem como efeito desejado o impedimento ou a neutralização de ataques contra um porto ou fundeadouro, seus acessos, ou áreas litorâneas ou fluviais de dimensões limitadas que contenham instalações de interesse.

Operação de Interdição Marítima: Refere-se ao conjunto de esforços para monitorar, interrogar, interceptar e, se necessário, abordar tráfego marítimo em uma área definida, para verificar, redirecionar, apreender suas cargas ou apresiar embarcações, na aplicação de sanções contra outros Estados, como aquelas em apoio às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e/ou para prevenir o transporte de itens restritos.

Operação de Reconhecimento: Modalidade da operação de esclarecimento cujo propósito é obter informações referentes às atividades e aos meios do inimigo, ou ainda coletar dados meteorológicos, hidroceanográficos, geográficos, eletromagnéticos entre outros, atinentes à área provável de operações.

Ponto Decisivo: Representa uma condição sem a qual não se progride na operação. Pode ser relacionado a um local, evento-chave específico, sistema crítico ou função que permite aos comandantes obter uma vantagem relevante sobre o inimigo e influenciar decisivamente o resultado final da operação.

Status quo: Expressão do latim que significa o “estado das coisas”.

Teatro de Operações: Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o conseqüente apoio logístico.

ANEXOS

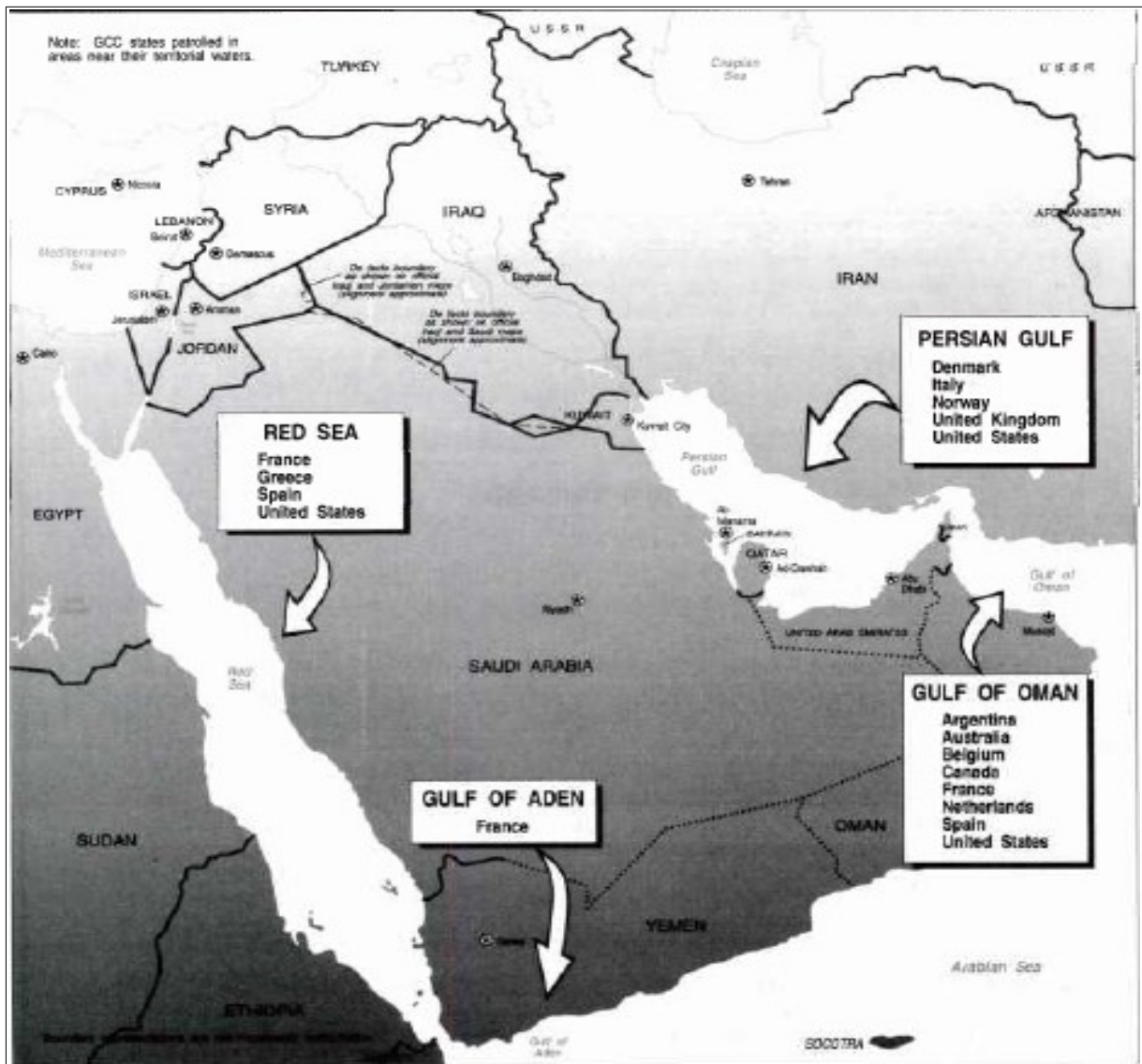


FIGURA 1 – Setores atribuídos à FIM

Fonte: DoD, 1992, p. 65.

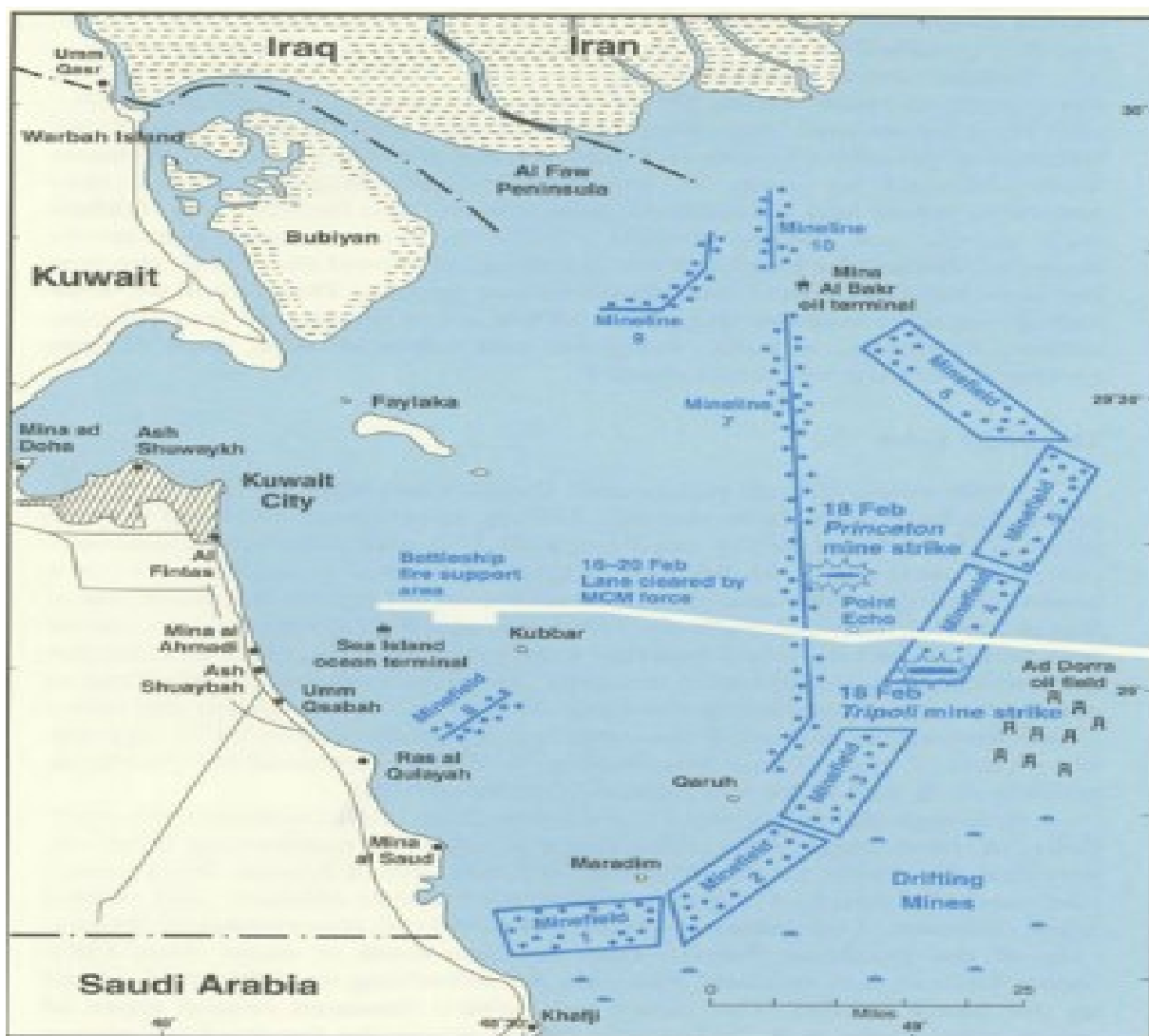


FIGURA 2 – Campos minados no TO

Fonte: MAROLDA; SCHNELLER JR, 2013, p. 258.

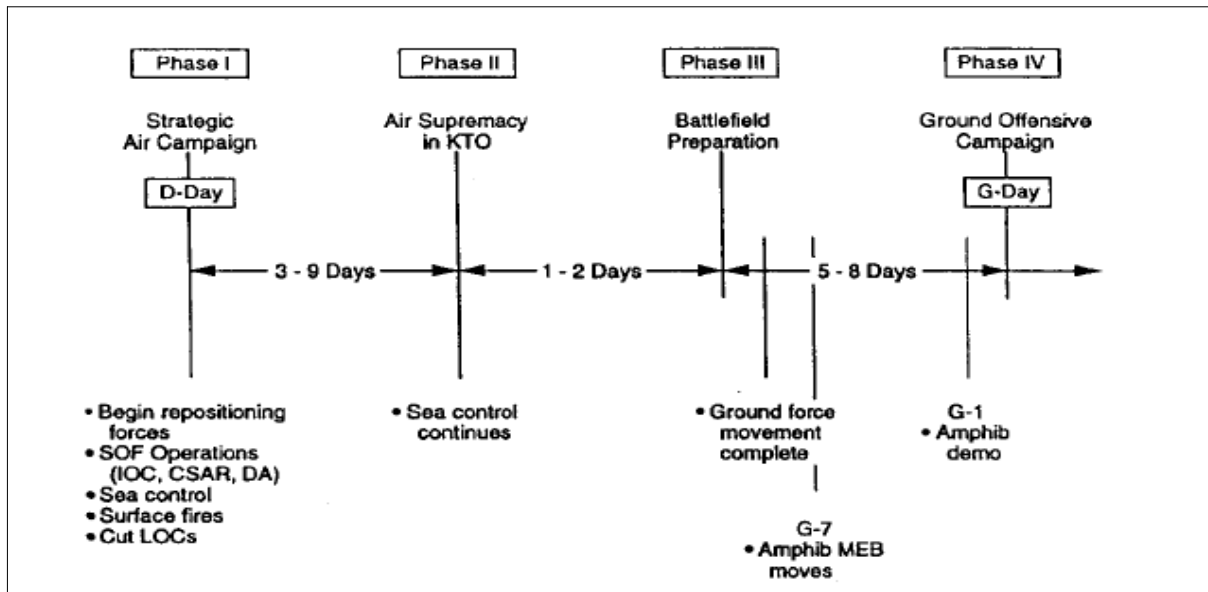


FIGURA 3 – Linha do tempo prevista no planejamento da Operação *Desert Storm*

Fonte: COHEN et al., 1993, p. 8.

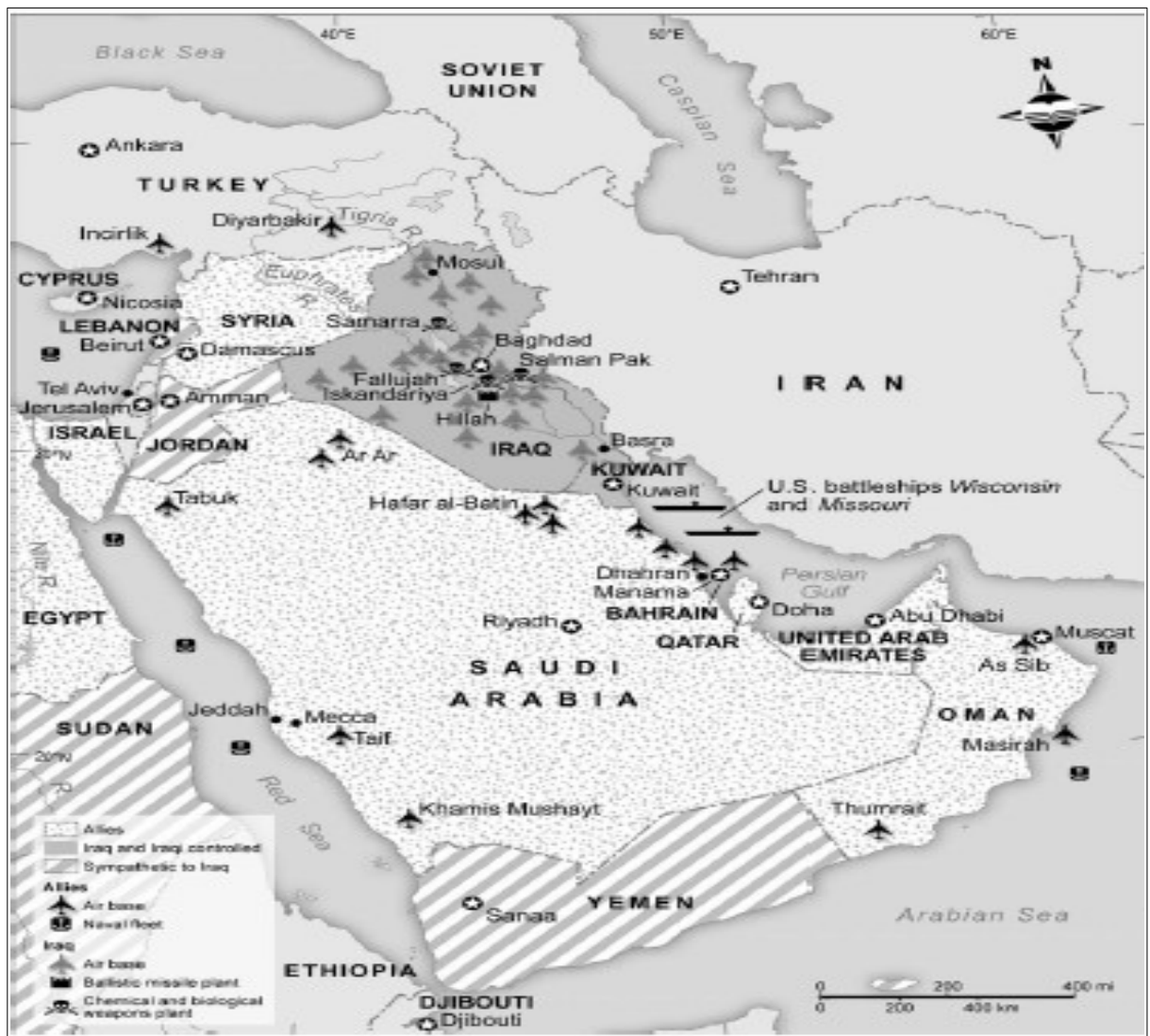


FIGURA 4 – Teatro de Operações

Fonte: TUCKER, 2010, p. 944.

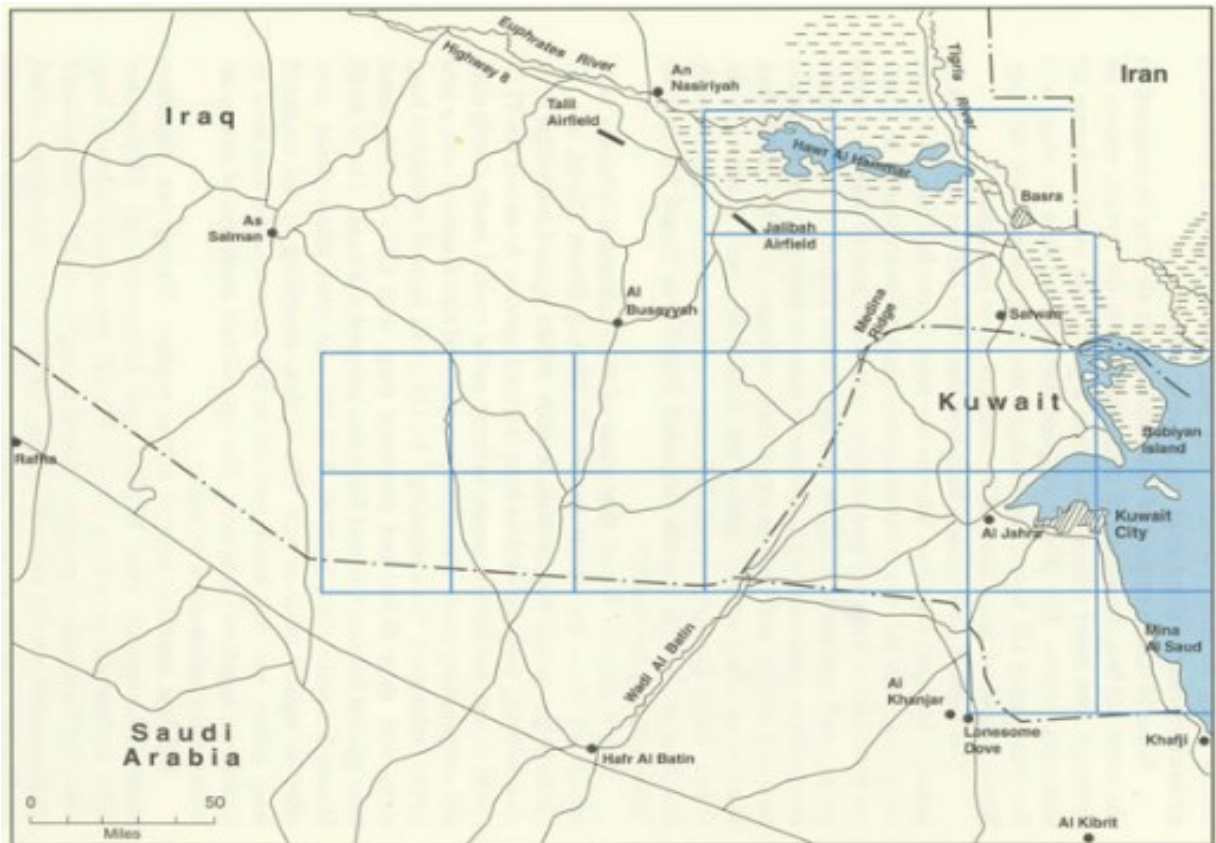


FIGURA 5 – “Caixas de destruição” no TO

Fonte: MAROLDA; SCHNELLER JR, 2013, p. 250.



FIGURA 6 – Disposição dos navios das Marinhas da coalizão no início da *Desert Storm*

Fonte: MAROLDA; SCHNELLER JR, 2013, p. 180.

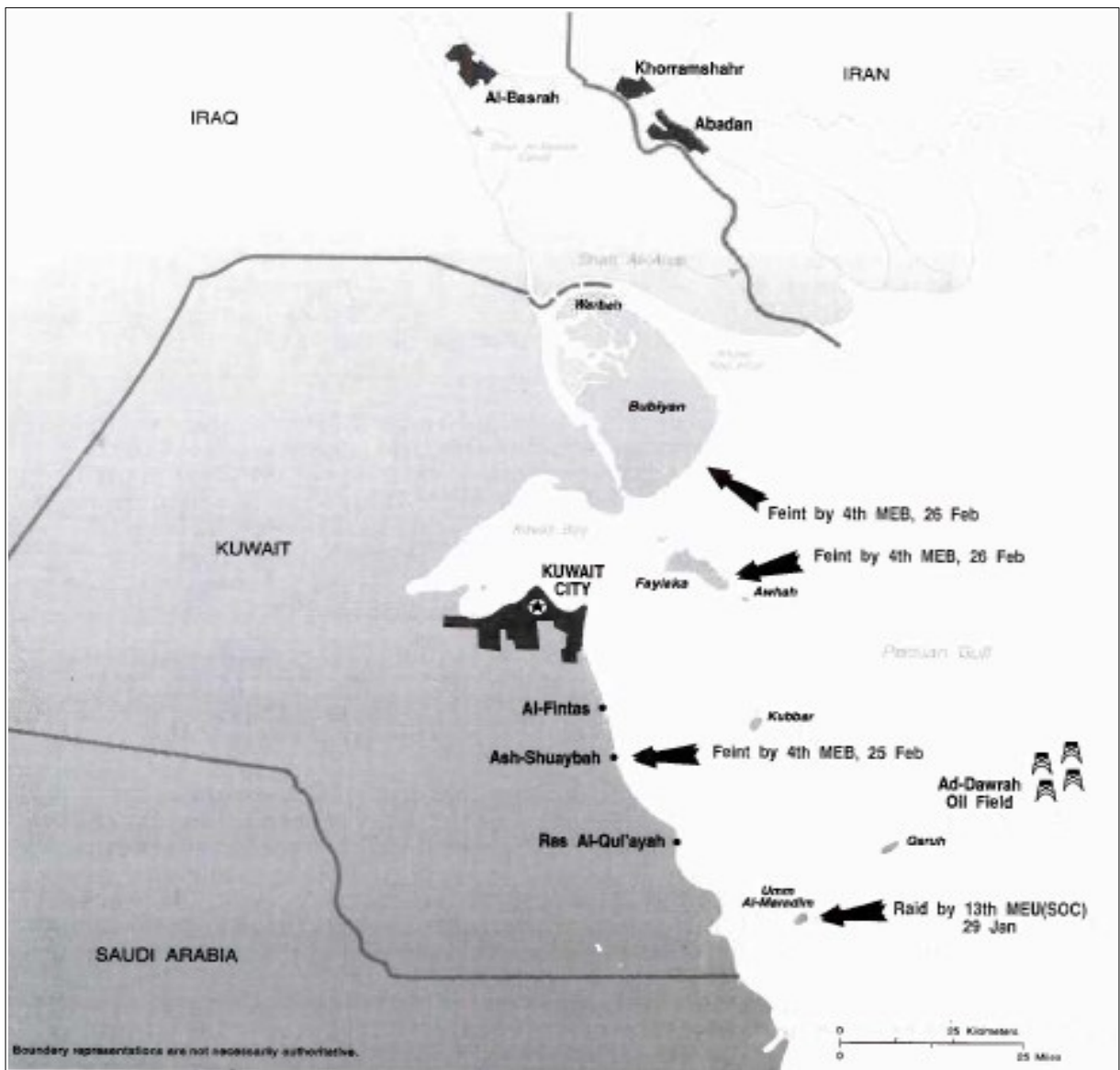


FIGURA 7 – OpAnf realizadas durante a Operação *Desert Storm*

Fonte: DoD, 1992, p. 301.